



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 401 - DE 07 A 21 DE NOVEMBRO DE 2010 - R\$ 3,00

Com a vitória de Dilma Rousseff, constitui-se mais um governo burguês no Brasil. Somente o programa da revolução proletária e o levante dos explorados constituirão um governo operário e camponês, da maioria explorada e socialista



A crise capitalista prossegue. As massas respondem nas ruas aos ataques dos governos



Derrota eleitoral de Obama: Crise política nos EUA



Mais um assassinato no Sindicato dos Condutores - SP

Maranhão: Fazendeiro tira a vida de mais um camponês

Argentina: militante do Partido Obrero é brutalmente assassinado



Aos operários, camponeses, demais trabalhadores e juventude Com a vitória de Dilma Rousseff, constitui-se mais um governo burguês no Brasil Somente o programa da revolução proletária e o levante dos explorados constituirão um governo operário e camponês, da maioria explorada e socialista

Com quase sessenta milhões de votos, de pouco mais de cento e trinta e cinco milhões de eleitores, portanto com menos da sua metade, Dilma Rousseff saiu vitoriosa no segundo turno contra o candidato José Serra (PSDB). Na ausência de um partido revolucionário, constituído no seio dos explorados, o Partido Operário Revolucionário em construção defendeu o voto nulo programático desde o primeiro turno. Nossa luta foi e é pela independência política da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida perante os partidos da burguesia, seu Estado e todas as instituições que o compõem, como as igrejas, associações empresariais, imprensa etc.

O PT há muito se aburguesou. O governo de Lula serviu aos interesses do grande capital nacional e multinacional. E Dilma fará o mesmo. A sua candidatura foi montada sobre uma ampla aliança, cuja coluna vertebral é o PMDB. As massas elegeram Dilma, mas quem vai estruturar o governo são os partidos da aliança. Não por acaso, as forças políticas que garantiram a vitória de Dilma reuniram parte da velha oligarquia e figuras marcadas pelos interesses oligárquicos e familiares, como as de José Sarney, Renan Calheiros e Fernando Collor.

Não resta dúvida que a candidatura de José Serra estava escorada por poderosos grupos econômicos e contava com apoio do imperialismo. Mas esse fato não deve obscurecer que Dilma tão-somente constituirá um novo governo burguês e que administrará os interesses da classe capitalista como se fossem de todos os brasileiros.

O POR rechaça a noção de que eleger o melhor entre o pior represente o melhor para o povo e para o Brasil. O melhor e o pior nas eleições dizem respeito à disputa interburguesa entre os partidos da ordem capitalista. As massas eleitorais são arrastadas de um lado a outro pelo poder econômico e pela propaganda como se de fato se responsabilizassem por escolher o melhor e, portanto, por decidirem o seu próprio destino. Trata-se de um jogo e uma miragem criados pelos partidos da burguesia e pela democracia formal, que de quatro em quatro anos convocam os pobres a apertarem os botões das urnas eletrônicas.

Os trabalhadores nas eleições não decidem nada que dizem respeito às suas necessidades presentes e futuras. Decidem, em alguns segundos de votação, que candidato será eleito – isso



Os dois candidatos da burguesia arrastaram a maior parte das massas a votar.

é a democracia formal, burguesa. É falso que escolhem programas e propostas. A política econômica do governo eleito será resolvida de acordo com as exigências da situação econômica do capitalismo, ou seja, da exploração do trabalho e da acumulação de capital.

A crença de que Lula foi bom para os pobres, com o Bolsa Família e outros programas sociais, e que Dilma continuará fazendo o mesmo é um veneno inoculado no cérebro dos famintos por meio do estômago. A substância desse veneno é a política

burguesa de assistencialismo, de controle e de prostração das massas exploradas.

A bandeira de Lula, Dilma e PT que os pobres estão ficando menos pobres e que a miséria está diminuindo cria a ilusão de que o sistema econômico capitalista de exploração do trabalho caminha para a eliminação das brutais chagas sociais. O assistencialismo serve para arrastar a maioria a apoiar os pretensos reformistas. Na realidade, a classe capitalista aumentou suas propriedades, riquezas e luxos; a classe operária e os camponeses continuaram pobres ou miseráveis. A pequeníssima melhoria para uma camada social é conjuntural e insignificante diante das necessidades primárias, como alimentação, vestimenta, habitação, saúde e educação. Milhões de brasileiros continuam à margem do essencial. Lula, Dilma e PT fantasiam que seus governos têm como integrar esses milhões ao consumo e dinamizar a economia capitalista.

A maioria pobre que elegeru Dilma votou na boa fé de que tudo continuará melhorando e que os dias de privação vão se acabar. E outros milhões que não deram maioria a José Serra foram convencidos de que estariam se contrapondo à corrupção e à desumanidade daqueles que admitem o aborto, bem como assegurando a estabilidade econômica. Imprensa, padres, bispos, papa, pastores e empresários não se cansaram de apresentar Serra como o melhor candidato. É verdade que uma facção das igrejas trabalhou por Dilma, salientando que seu governo será melhor para todos. Mas a maioria continuou com Dilma na esperança de que a miséria e a fome têm seus dias contados.

Não há nada pior para os explorados do que confiar suas dores aos exploradores. Não há nada pior para os explorados do que não confiar em sua força coletiva e depositar confiança

nos traidores. Mas essa trágica constatação é consequência, que não deve servir para responsabilizar os explorados. A causa mais profunda se encontra internacional e nacionalmente na crise de direção política.

As jovens gerações da classe operária e da juventude desconhecem o processo histórico de destruição do partido comunista russo e da III Internacional Comunista, ambos enraizados na Revolução Russa de 1917. Destruição essa levada a cabo pela fração dirigida por Josef Stálin e que se estendeu por todos os PCs do mundo. No Brasil, a degenerescência estalinista do PCB/PCdoB bloqueou o desenvolvimento do partido revolucionário. As organizações de esquerda que se formaram já no final da ditadura militar não foram capazes de se colocar pela tarefa de constituir o programa da revolução socialista e de elevar a organização e a consciência de classe dos explorados.

O PT surgiu no quadro de crise de direção revolucionária e se projetou apoiado inicialmente nos sindicatos e na CUT. Mas acabou se aproximando de setores da burguesia e definitivamente se corrompeu na política eleitoral. A vitória de Dilma acelerará a experiência dos oprimidos com



No final da campanha, hipocrisia para caçar votos dos católicos e evangélicos

o PT, embora o caudilhismo de Lula tenha permanecido vivo.

O POR alerta a classe operária, os camponeses e a juventude a não confiarem no novo governo. Dilma, o PT, PMDB, PSB, PCdoB e outros aliados terão de continuar as reformas antipopulares, como a da previdência e a trabalhista. A crise econômica mundial ainda não se esgotou. Os seus reflexos no Brasil foram absorvidos, mas a custa de maior endividamento do Tesouro Nacional e do endividamento da população. O grande capital exigirá maior proteção e Dilma estará ao seu serviço.

O Partido Operário Revolucionário chama os trabalhadores e a juventude a se organizarem no seu campo de classe, construir o partido marxista-leninista-trotskista, libertar os sindicatos do controle da burocracia e defender as reivindicações por meio do método da ação direta (greves, bloqueios, ocupações etc). O POR estará na linha de frente dos combates, empunhando

o programa da estratégia da ditadura do proletariado e da aliança operário-camponesa.

Viva a independência de classe dos explorados!

Nenhuma confiança no novo governo burguês de Dilma!

Rondônia: segundo turno confirma o candidato dos latifundiários, do agronegócio e dos banqueiros

Não poderia ser diferente do que ocorreu no restante do país. A disputa, no segundo turno, foi marcada por acusações mútuas e demagogia. Tudo para arrastar votos dos explorados.

O candidato da aliança “**Por uma Rondônia Melhor para Todos**” (PMDB, PCdoB, PDT, PRTB e DEM), Confúcio Moura (PMDB), liderou as pesquisas. Como velho lobo vestido com pele de cordeiro, fez estardalhaço em torno da demagogia de que a população exigia mudança e não agüentava mais a continuidade da oligarquia/Cassol.

Confúcio Moura, no segundo turno, contou também com o apoio do PT e das lideranças sindicais, que diziam que o momento era de vingar os ataques que governo Cassol desfechou sobre o funcionalismo público, principalmente, aos professores que na última greve foram reprimidos pela tropa de choque. O PT e os estalinistas do PCdoB ajudaram a eleger o candidato da oligarquia Raupp.

João Cahulla (PPS), mesmo com toda máquina do estado, permaneceu no segundo lugar. Mas também contra-atacou, acusando o adversário de ligações com Valdir Raupp (PMDB), marcado pelo Massacre de Corumbiara e atraso nos salários dos servidores, e com Bianco (DEM), que demitiu 10 mil servidores.

Confúcio Moura (PMDB) venceu com o total de 422.707 vo-

tos, ficando com 58,68% dos votos válidos. João Cahulla (PPS) obteve 297.674, ficando com 41,32%. Total de votos apurados foi 1.078.402, porém, os votos válidos foram apenas 720.381, que correspondem a 89,83% do total. Os votos brancos totalizaram 12.746 (1,59%). Os votos nulos totalizaram em 68.825 (8,58%) e a abstenção, 276.450 (25,64%). O que chamou atenção foi a grande abstenção, não comparecimento às urnas, apesar da intensa campanha em favor do voto. A maioria trabalhadora explorada foi conduzida a participar da disputa interburguesa e a legitimar um dos candidatos da classe capitalista. Tanto Confúcio quanto Cahulla são candidatos dos explorados. Lamentavelmente, os sindicatos e as Centrais entraram na disputa que diz respeito unicamente à burguesia. A independência política dos sindicatos e Central é uma reivindicação fundamental para que os organismos criados pelos trabalhadores não sejam manipulados pela política da burocracia sindical de apoio às candidaturas do patronato. Numa disputa interburguesa, não há o menos ruim para votar. Porque todos representam o poder da classe dos exploradores sobre a maioria explorada.

O Partido Operário Revolucionário fez campanha pelo voto nulo, pelas reivindicações mais sentidas dos explorados e pela independência política das organizações operárias, camponesas e da juventude.

Burguesia sentirá saudades de Lula

O governo do caudilho Lula estendeu a mão ao máximo à classe capitalista. O mandato de Lula de oito anos iniciou com a execução do compromisso firmado antes das eleições de 2002 - a “Carta aos Brasileiros”. O Partido Operário Revolucionário, em seu Jornal Massas 247, da 1ª quinzena de outubro de 2002, disse: “Desde o momento em que o candidato do governo, José Serra, demonstrou incapacidade eleitoral e o PT, Luiz Inácio Lula da Silva, despontou como potencial vencedor, os banqueiros internacionais e suas agências de avaliação do mercado especulativo de capitais passaram a exigir um compromisso de todos os candidatos com o continuísmo. Teriam de declarar respeito aos contratos contraídos por FHC, ao acordo com o FMI e aos fundamentos do Plano de Estabilização do Real. A coluna vertebral da política econômica ditada pelos credores e aplicada pelo governo não poderia ser rompida. As pressões sobre o PT foram as mais poderosas por ser o possível vencedor. Chegaram ao ponto de exigir que o partido e Lula renegassem o documento congressual que propunha uma ruptura na cadeia de especulação e voltasse a capacidade do Estado para a produção”. Portanto, a “Carta aos Brasileiros” continha as bases de um governo servil às diretrizes do grande capital.

Mas a governabilidade dependia também da aproximação da decrépita oligarquia do Nordeste e Norte, que tem suas quadrilhas nas esferas do Estado. Lula não fez senão, nesses oito anos de governo, blindar as denúncias de corrupção orquestradas pela oposição PSDB/DEM. Sarney, Renan Calheiros, Jardes Barbalho e seus apadrinhados foram protegidos dos escândalos de corrupção e retribuíram separando Lula dos quadrilheiros do mensalão e da crise instalada logo no início de seu primeiro mandato.

As dívidas dos usineiros foram alongadas vantajosamente, o agronegócio recebeu subsídios e lucrou como nunca com as exportações. Empresários, como a Oldebrecht e Camargo Correia, ganharam as construções de usinas hidrelétricas faraônicas, como as de Jirau e Santo Antônio (RO). A desnacionalização das terras se ampliou e multinacionais e capital

financeiro compraram parte do território brasileiro.

A crise econômica de meados de 2008 foi tratada com o receituário imperialista. O governo Lula isentou as multinacionais do setor automobilístico e bens duráveis de impostos e estas tiveram as mãos livres para impor a redução da jornada de trabalho com redução salarial. Os banqueiros contaram com recursos e medidas estatais para ampliar os créditos a uma faixa da população que poderia se endividar ainda mais.

O Brasil de Lula é o Brasil que importou capital financeiro, às custas de juros altos e do crescimento da dívida pública interna. Os especuladores estão de vento em poupa e as multinacionais estão nadando em dinheiro. Um exemplo: o balanço divulgado pela Volkswagen demonstrou, em outubro de 2010, que o lucro da multinacional, nesses nove meses, passou de 655 milhões de euros em 2009 para 4,09 bilhões de euros. A Ford seguiu o mesmo caminho. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou os indicadores do terceiro trimestre desse ano e a sondagem junto aos empresários, apontando os altos índices de satisfação com os lucros de suas empresas.

As condições econômicas mundiais e nacionais permitiram que o governo burguês de Lula utilizasse a política econômica para favorecer as multinacionais e grandes grupos econômicos brasileiros. Permitiram também que enganasse as massas exploradas com migalhas. Deixa o governo com alto índice de aprovação. O que quer dizer que as massas não realizaram até o fim a experiência com as falsidades dos reformistas e com a sagacidade do caudilho em exercer o governo da burguesia. Colocou em seu lugar Dilma Rousseff, sustentada pela mesma aliança oligárquica com o PMDB. O entusiasmo das primeiras horas de que a crise foi afastada do Brasil e que o novo governo irá garantir o desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, certamente, se dissipará perante as brutais contradições da crise mundial.

A burguesia sentirá saudades de Lula como o caudilho que permitiu ao grande capital exercer a exploração das massas num ambiente de controle da luta de classes.

Lula facilitou a desnacionalização das terras

O governo Lula favoreceu a desnacionalização das terras brasileiras. Em dois anos e meio, capitalistas internacionais compraram 515,1 mil hectares, ou 1.152 propriedades. Dados do Incra confirmam que Minas Gerais e Amazonas, entre maio de 2007 e maio de 2009, concentraram 60% do total de terras adquiridas por estrangeiros. O objetivo é plantar soja, cana de açúcar e floresta para a retirada de celulose e carvão.

Mesmo com as restrições impostas para limitar esses investidores, a aquisição de terras tem sido um bom negócio para os investidores. As regras criadas por Lula não impedem que estrangeiros com residência no País nem o uso de brasileiros (nomes) para a compra de terra. O fato é que parte do território brasileiro está sendo transferida para as mãos dos capitalistas estrangeiros.

Lula estende as mãos às multinacionais de energia

As multinacionais exigiram 40% do controle da produção brasileira de etanol, até 2015, entre elas a Shell. Para as multinacionais, é mais lucrativo a produção do etanol do que as fontes de petróleo no Ártico. Esse deslocamento das multinacionais de energia necessitará que o Brasil abra essa fonte de riqueza para o grande capital estrangeiro. Para isso, o governo Lula deu o aval positivo. Vejamos: em 2007, 7% do etanol estava sob o controle das multinacionais; havia uma previsão de que em

2010, passaria para 12%, mas na realidade o percentual saltou para 22%. Essa curva atingirá 40%, nos próximos anos. Poderá ser maior ainda.

A desnacionalização e concentração dos setores chave da economia nas mãos do grande capital internacional são tendências irreversíveis da fase imperialista do capitalismo. A demagogia do PT contra as privatizações serviu para mascarar o grau de desnacionalização e concentração do capital no governo Lula.

Dilma, que vergonha!

Nem bem engoliu a vitória, Dilma e Lula armam uma cilada para os trabalhadores. O reajuste do salário mínimo de fome é o primeiro ataque do novo governo sobre a maioria explorada. Lula inventou uma regra de correção do salário mínimo levando em conta a inflação e o PIB de dois anos antes. Como o PIB foi negativo em 2009 (-0,2%), o valor do mínimo ficaria em R\$ 538,00. Portanto, o equivalente a 1/3 do cálculo feito pelo instituto que serve o governo (Dieese). Como o discurso eleitoral era de erradicar a miséria e elevar boa parte dos trabalhadores para a classe média, Dilma e Lula não querem assumir os R\$538,00. Fazer isso, logo no mês da posse de Dilma (janeiro) poderia ter efeitos negativos junto aos explorados e aposentados. Por isso, vieram com uma fórmula tão miserável quanto a anterior. Ou seja, querem que seja antecipado parte do PIB do ano de 2010, estimado em 7,5%. Com isso, o reajuste seria um pouco maior do que o previsto. Porém, ainda inferior aos R\$600,00, meta para 2012.

Está aí por que dizemos que o governo Dilma não será em favor da maioria trabalhadora, que continuará sobrevivendo do miserável salário mínimo.

Quase 50% dos trabalhadores dependem do salário mínimo

Durante a campanha eleitoral, o PT alardeou os milhões de empregos criados e a redução da pobreza durante o mandato de Lula. Mal terminaram as eleições, o governo se vê diante da dura realidade. O contingente de trabalhadores que recebe até 1 salário mínimo é de 49,4%, portanto quase a metade. O que o PT queria dizer era que 50 milhões de brasileiros possuíam uma renda per capita mensal de R\$137,00, menos de 1/3 do salário mínimo. E que esse número passou a ser de 29,9 milhões. Quem sobrevive com R\$137,00? Esses não são pobres, são na verdade os considerados abaixo da linha da pobreza, os miseráveis.

Se se levar em conta que 49,4% tem renda mensal de 1 salário mínimo e 25%, de 1 a 2 mínimos, temos mais de 70% de pessoas sobrevivendo com menos de R\$1000,00.

Os dados só confirmam a alta concentração de renda para uma ultra-minoria e uma enorme concentração de miséria para a maioria.

Maranhão

Fazendeiro tira a vida de mais um camponês

Essa foi a vez de Flaviano Pinto Neto, presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Charco (MA). O crime foi encomendado pelo fazendeiro Gentil Braga, latifundiário da região da Baixada maranhense. No dia 30 de novembro, os jagunços de Braga cravejaram com oito tiros a cabeça de Flaviano. A morte de Flaviano era uma questão de tempo. As ameaças eram constantes, o que levou Flaviano a denunciar à Comissão Pastoral da Terra, ao Incra, à polícia e à Justiça do Maranhão. Mas nada foi feito para punir o latifundiário criminoso.

Flaviano, Manoel Santana Costa e outros camponeses da região travavam um batalha contra o cercamento da comunidade

Capachos do governo

As burocracias sindicais (direções de sindicatos, da CUT e da Força Sindical) são porta vozes da política dos governos. Como serviçais, fazem parte a disputa interburguesa em torno dos cargos do governo. Estão sempre prontos a convocar os trabalhadores a apertarem o cinto e a confiarem nas promessas dos politiquieiros. Lambem o melado que cai do prato da burguesia.

Agora, diante do ataque de Dilma sobre o salário mínimo, os burocratas da CUT e da Força Sindical questionaram as armadilhas de Dilma e Lula de antecipação de parte do reajuste de 2012. Dizem assim: “É loucura, porque o reajuste de 2012 vai refletir o bom aumento de 2010”. O governo não precisa melhor colaborador do que esses traidores! Tanto em 2011 quanto em 2012, o reajuste do mínimo será uma desgraça para os explorados. A burguesia lucrou como nunca nesses anos e seus representantes no governo ficam calculando as migalhas para a maioria da população.

Os dirigentes sindicais ao invés de defenderem a vida da classe operária, dos camponeses, dos aposentados e da juventude oprimida não fazem senão se juntar aos exploradores na defesa do sistema capitalista de exploração do trabalho.

Levantar a bandeira do salário mínimo vital

É a maioria explorada que produz toda a riqueza do país. No capitalismo, a burguesia a mantém como escravos assalariados. O que faz o novo governo não é senão reproduzir a lei da exploração capitalista. Os trabalhadores devem rechaçar o reajuste miserável que está sendo articulado pelo governo e a burocracia traidora, que não se envergonha de defender um salário mínimo de fome.

Os trabalhadores devem erguer a bandeira de salário mínimo vital, que significa reajustar o salário o equivalente para manter a família operária em condições dignas. Quem deve dizer o valor são as assembleias operárias e não o governo e parlamento burgueses. Junto ao salário mínimo vital, é preciso defender a escala móvel de reajuste. O que quer dizer: subiu a inflação, automaticamente o salário é corrigido.

de Charco por meio de uma cerca elétrica, realizado pelo latifundiário. A vida de Manoel Santana está, também, por um fio.

A violência latifundiária sobre os trabalhadores rurais, na região maranhense, vem crescendo. Os fazendeiros matam a rodo os camponeses e lideranças dos movimentos sociais, porque contam com pistoleiros, milícias, Justiça e Polícia. Não são punidos. Tirando a vida das lideranças, esperam que os camponeses se amedrontem e acatem suas ordens.

Não tem como enfrentar a violência latifundiária sem a organização da autodefesa e a constituição da aliança operária e camponesa. O isolamento das lutas pela terra facilita a ação da burguesia agrária, que age centralizadamente.

Mais um trabalhador é assassinado

Não há dúvida que o assassinato de Sérgio Augusto Ramos, diretor de base do Sindicato dos Condutores de São Paulo, no dia 26 de outubro, foi um crime encomendado pela burocracia sindical. Há algum tempo, Sérgio vinha questionando a utilização do dinheiro do sindicato. Era sua primeira gestão como diretor sindical e fazia parte do “coletivo de condutores clasistas”, vinculado ao PCdoB e a CTB (Central Sindical recém criada pelos estalinistas do PCdoB).

Logo após o assassinato, o presidente do sindicato correu para justificar que o crime se deveu aos “inúmeros inimigos” que Sérgio tinha no sindicato e no trabalho. Aproveitou a coletiva da imprensa para dizer que Sérgio havia agredido, poucos dias antes, um diretor do sindicato. Como se vê, a burocracia quer se livrar da responsabilidade e acusar a vítima de “violenta” e de “muitos inimigos”.

O fato é que a burocracia dirigente do Sindicato dos Condutores tem um passado de perseguição, ameaças e toda sorte

de intimidação àqueles que denunciam a malversação do dinheiro do trabalhador e as falcaturas para se manter no controle do aparelho sindical.

Lamentavelmente, o PCdoB se limitou a emitir uma nota pública narrando o fato e exigindo que o “Ministério Público investigue os detalhes do caso e informe à sociedade os reais motivos desse bárbaro crime”. Quer que a Justiça, que protege os capitalistas, se coloque por apurar e punir os culpados. A burocracia sindical tem seus elos nessa Justiça corrupta. A Justiça é imersa na podridão e não tem como investigar nada que diz respeito a vida dos trabalhadores.

A apuração do crime e a punição dos culpados devem estar nas mãos dos explorados e oprimidos. Daí a importância dos Tribunais Populares, organismos criados para defender a vida de milhares de trabalhadores da cidade e do campo que vem sendo arrancada ora pelas mãos dos latifundiários, ora pelos capachos da burguesia.

Ceará

Publicamos o texto da Corrente Proletária da Educação que convoca os professores e a vanguarda combativa a organizarem uma chapa oposicionista para expulsar a burocracia da direção do sindicato Apeoc.

CARTA ABERTA AOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Construir uma chapa de luta e combativa para as eleições da APEOC! Expulsar a burocracia traidora e governista do sindicato!

Professor, neste primeiro trimestre de 2011 estão previstas as eleições para a nova diretoria do sindicato Apeoc. Eleições estas que já foram adiadas uma vez (deveriam ter ocorrido no início de 2010, conforme o estatuto da entidade) para que sua atual diretoria tivesse tempo de entrar em um acordo sobre quem assumiria a presidência. Nas últimas eleições, o PT, que sempre esteve em posição de submissão à atual presidenta Maria da Penha Alencar, passou a comandar a secretaria de finanças da entidade (Anísio Melo). Com a morte de Jaime Alencar, em 2008, as negociações intraburocráticas se aceleraram. Os diretores do PT, apoiados por Artur Bruno, Prefeitura de Fortaleza etc entraram em conluio com a própria presidenta para assumir agora o controle da gestão e dar prosseguimento, da forma mais desavergonhada possível, à diretriz de colaboração com os governos.

No momento em que ocorrem estas articulações, a educação pública arrasta-se numa crise interminável (violência escolar, sucateamento, baixos salários, aprendizado insignificante etc) expressão da crise social engendrada pelo capitalismo. O regime do capital esgota-se e leva consigo todas as suas instituições. A escola não pode escapar dessa crise. Os governos burgueses, de todos os tipos e partidos, têm aplicado reformas que, sob a aparência de programas educacionais para melhoria do ensino, não fazem mais do que passar por alto o problema central. Qual programa educacional, preparado nos gabinetes da SEDUC, levantou algum dia, e ao menos minimamente, a questão da redução do número de alunos por sala? Qual projeto, aplicado pelo governo, suscita a possibilidade de redução da carga horária do professor? Qual deles prevê o emprego à juventude como forma de se contrapor à extrema violência hoje observada em toda parte? Os milhões e milhões empregados nos mais inócuos programas (de avaliação educacional às capacitações profissionais) são o melhor exem-

plo de como a burguesia mostra-se incapaz de solucionar a crise do ensino. O Governo Lula/PT, durante os seus dois mandatos aprofundou as diretrizes educacionais iniciada no governo FHC, ampliando a mercantilização e privatização da educação (ProUni, etc). Além disso, incentivou por todos os meios, e nisso foi seguido pelos governos estaduais e municipais, a política de arrocho salarial sobre o magistério e demais trabalhadores em educação. Para materializar essas medidas no estado do Ceará, o governo Cid Gomes contou com o apoio incondicional da burocracia sindical da APEOC (Penha, Anísio e Cia).

O Governo Cid Gomes PSB/PT não encontra resistência da diretoria da APEOC, no momento de retirar direitos ou atacar conquistas do magistério. Os diretores do sindicato estão sempre prontos a negociar, de costas à categoria e sem a convocação de uma única assembleia sequer, desde que possam apresentar migalhas dadas pelo governo, como se fossem a vitória mais imprescindível. O governo avança no fechamento de escolas e salas de aulas, municipaliza escolas, nomeia interventores e dificulta o pagamento da progressão horizontal referente ao período de 2009. A questão atual da revisão do PCCR nos dá um evidente exemplo do que significa uma direção burocrática e sem compromisso efetivo com a luta. A diretoria da APEOC negou-se a convocar uma assembleia específica com a categoria para discutir a reformulação do PCCR. E, logicamente, contrapõem-se à eleição de representantes da base para acompanhar a sua negociação com o governo. Em vez disso, está nestes dias, a costurar, à porta fechada, com a SEDUC um Plano de Cargos e Carreira que pode piorar ainda mais as condições de vida da categoria. A atual direção da APEOC é uma burocracia parasitária, corrompida política e materialmente. Não expressa os interesses dos professores. Enquanto permanecer na direção do sindicato, onde age à revelia da categoria, seremos sempre derro-

tados, traídos e explorados pelos governos de plantão.

A Corrente Proletária na Educação/POR, vêm, por meio desta carta aberta, chamar a todos os lutadores, professores de base e correntes políticas de oposição para o urgente debate sobre a construção de uma alternativa à atual diretoria da Apeoc. É preciso a construção de uma chapa de oposição de luta e combativa, classista e independente dos governos, comprometida com a defesa da democracia sindical e que seja um verdadeiro instrumento de luta da categoria contra os ataques dos governos.

- Por um Sindicato independente dos governos e patrões!

UFRN

Em defesa do direito à vida e o emprego

O diretor do CCHLA, o burocrata professor Márcio Valença, determinou a retirada dos vendedores ambulantes do setor II. O argumento do burocrata é a reabertura da cantina. Os vendedores ambulantes do setor II têm apoio dos estudantes porque vendem mais baratos e possuem mercadorias melhores do que as das cantinas existentes na UFRN. Portanto, independe da reabertura ou não da cantina.

A cantina continua fechada e não há previsão de reabrir. Mesmo assim, como todo bom burocrata, o professor Márcio Valença é insensível aos problemas dos estudantes do setor II e insiste na retirada dos vendedores. Para ele, a possibilidade, em um futuro incerto, de reabrir a cantina, já é motivo suficiente para a retirada dos vendedores do setor II. O que o professor burocrata está defendendo na verdade é o seu direito de lotear financeiramente o espaço público da universidade para empresas privadas de alimentação. Esta postura do diretor, insensível à situação dos estudantes que são maioria no setor, caracteriza-se como autoritária.

A grande maioria dos vendedores do setor II são estudantes, funcionários ou familiares de estudantes da UFRN. Vendem seus produtos porque estamos em uma sociedade capitalista onde o salário mínimo não dá para sustentar uma família. Vendem seus

- Por um Sindicato comprometido com a democracia sindical! Que esteja sob controle da base e de suas instâncias (assembléias, congressos)!
- Por um Sindicato que defenda as reivindicações da categoria com os métodos da ação direta (greves, manifestações, bloqueios etc)!
- Por um sindicato que rompa com o corporativismo e defenda a unidade sindical e organizativa dos trabalhadores!
- Por um sindicato que empunha a bandeira da destruição do capitalismo e defesa do socialismo!

produtos, portanto, para complementar renda e tentar sobreviver nesta sociedade onde os títulos e as posições sociais são mais importantes do que a vida. O professor Márcio Valença não sabe o que isto significa porque não sobrevive do salário mínimo.

O membro da direção do DCE (PT/Kizomba) que encabeçou a organização da resistência ao ato arbitrário do professor burocrata Márcio Valença está conduzindo o movimento à submissão dos seus ditames. Propôs uma carta de repúdio a ser entregue ao burocrata. Uma carta de repúdio não removerá a disposição do burocrata em retirar à força os vendedores do setor II. É preciso mais. Somente a força da organização estudantil, na resistência física à tentativa de retirar os vendedores do setor II é capaz de vencer o autoritarismo da burocracia universitária, hoje encarnada pelo professor Márcio Valença.

A **Corrente Proletária Estudantil (POR)** solidariza-se com os vendedores e coloca a sua militância a disposição dos trabalhadores para, juntos, realizarmos a resistência física à violência da burocracia universitária (professor Márcio Valença), ao mesmo tempo que convoca todos os estudantes do setor II a fazer o mesmo em defesa dos vendedores trabalhadores ambulantes do setor II.

POR UM CA ENGAJADO NA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

As eleições do CASS (Centro Acadêmico de Serviço Social) ocorrem em um contexto social e interno a universidade de controle dos movimentos sociais pelo PT. A eleição de Dilma/PT manterá os sindicatos (CUT, CTB, etc), o MST, a UNE, os partidos da esquerda oficial (PCdoB, PT) atrelados ao governo. Em um momento que se vislumbra a possibilidade de uma crise, onde os trabalhadores mais precisariam de organização e luta coletivas, as entidades de classe estarão amordaçadas.

Na UFRN não é diferente. O PT controla a direção do DCE e da Adurn. A direção do DCE tem se calado diante do fechamento do Restaurante Universitário (RU), das filas enormes nas xerox, o circula que demora e anda superlotado, do novo regulamento da graduação que não permitiu nenhuma discussão ou pressão sobre a sua Reitoria (Ivonildo Rêgo) para debater com a comunidade universitária e dos bolsistas de apoio técnico a direção do DCE esboçou uma luta apenas para amenizar as insatisfações estudantis que estavam insuportáveis – deram um prazo para o dia 30 de setembro para a Reitoria se pronunciar sobre as reivindicações. Ela nada fez e a direção do DCE finge que não é responsável.

Em uma situação desta, escolher uma direção do CASS que realize a unidade com os trabalhadores na luta contra o capitalismo e que lute na UFRN por:

1. Fim das filas na Xerox. Material didático gratuito e mais li-

vros na biblioteca.

2. Reabertura imediata do Restaurante Universitário (RU) a todos os estudantes que precisam. Que a Reitoria encontre um lugar imediatamente para servir as refeições enquanto o RU está em reformas.

3. Resposta imediata às reivindicações dos bolsistas: aumento do valor da bolsa, férias de acordo com o calendário acadêmico, jornada de 20h semanais, dispensa em dia de provas, fim da substituição do funcionário pelo bolsista, etc.

4. Mais frota para o circular. Aumento do número de acordo com a quantidade de estudantes ingressos na UFRN. Formação de uma comissão, com maioria estudantil, para o controle dos horários.

5. Fim do novo regulamento da graduação. Volta ao horário das 19h, manutenção do período de 2/3 para trancamento de disciplina, fim do jubramento, construção de mais salas e contratação de professores e funcionários.

É neste sentido que a **Corrente Proletária Estudantil (POR)** está convocando uma reunião para discutirmos a formação de uma chapa. Uma chapa baseada na ação direta coletiva (bloqueios, passeatas, ocupações, greves, piquetes, boicotes, etc) como o método capaz de envergar a burguesia na sociedade e a burocracia na UFRN.

Para que serviu?

O Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Municipais (Sinpeem) se realizou entre os dias 26 a 29 de outubro. Compareceram mais de 4000 delegados. A política da burocracia sindical - Corrente Compromisso e Luta/PPS - tem contribuído para o aumento da despolitização da classe. A ofensiva de Kassab contra os trabalhadores não foi respondida com luta. Os congressos respondem à diretriz imposta pela burocracia dirigente. Não por acaso, têm sido cada vez mais festivos e distracionistas.

A cada congresso, o debate de posições e o direito de manifestação das divergências são mais reduzidos. As teses das Correntes que intervêm no sindicato não puderam ser expostas. Só existe a tese da burocracia. Para se colocar, é preciso apresentar emendas à tese burocrática. Portanto, emendas são apresentadas sem nenhuma relação com a essência da tese-guia. A mesa é conduzida pelo burocrata que determina as emendas que serão expostas para o plenário. Tudo gira em torno do chefe-dirigente do sindicato.

O congresso de quatro dias se resume a duas plenárias. O restante serve de tribuna para os acadêmicos exporem suas teses reformistas, que não dizem respeito às raízes do fracasso escolar e nem da precarização das condições de ensino e trabalho. A burocracia rejeitou a proposta de se realizar um debate sobre as eleições (2º turno), comparecendo como neutra, quando na realidade seu partido faz parte da aliança com o DEM de Kassab. O sindicato não tem independência diante dos governos burgueses, embora sua direção fugisse do simples debate sobre o momento eleitoral.

Pouco combate às posições da burocracia

Não foram poucos os momentos em que a direção majoritária mostrou sua adaptação à política governamental e à sociedade capitalista.

O primeiro foi em relação à falta de vagas nas creches, um problema antigo que atinge todas as prefeituras do país. Como o presidente do sindicato é aliado eleitoral do prefeito, propôs na tese um prazo de 5 anos para a prefeitura resolver essa situação. Veja a que ponto chega. A corrente o Trabalho fez uma emenda propondo a exclusão desse prazo, mas prontamente o defendeu, alegando que “para atender a demanda precisaria construir 1200 creches, coisa difícil para o governo fazer”. Disse que era contra as creches conveniadas, logo em seguida as defendeu dando mais 5 anos de existência.

O debate ficou acirrado quando foram denunciadas as novas medidas do governo para 2011. Entre elas, o fechamento de um turno nas EMEIs, para aumentar a permanência das crianças de 4 para 6 h. Ocorre que, como não construiu mais EMEIs, causarão a superlotação das salas e desemprego, seja pela condição de excedente ou pela impossibilidade de acúmulo. E para completar, fechará mais vagas para as crianças com menos de um ano, haja vista que atenderá o decreto federal de incorporar as crianças de 3 anos nas creches. A burocracia conhecia as medidas e se calou.

Num segundo momento, a diretoria defendeu o ensino de 9 anos, para crianças a partir dos 6 anos idade. Proposta igual a do governo federal. A Corrente Proletária denunciou, mostrando que se tratava de uma adaptação ao FUNDEB. A diretoria alegou que defende o ensino de 9 anos para crianças a partir dos 7 anos, mas em seguida foi questionada pela Oposição que revelou a contradição entre o que fala e o que escreve.

Outro debate levantado pela Corrente Proletária foi sobre o ensino a distância. Houve a crítica de que se trata do ensino mercantilizado e de baixo custo. Portanto, uma das formas para reduzir o ensino presencial.

A emenda contrária ao ensino a distância foi rejeitada com o argumento burguês de que é “um avanço para os mais pobres”.

Outro ponto de debate foi o da estatização. A defesa de um único sistema de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha. Defendemos que a única forma de acabar com as conveniadas, com as parcerias e garantir vagas e emprego a todos seria com a estatização. A burocracia manobrou para rejeitar a proposta, dizendo que a emenda também continha o salário mínimo vital e que o sindicato já havia se posicionado pelo piso do Dieese.

Por fim, o debate sobre a bandeira levantada pela Corrente Proletária de “educação e emprego à juventude, 4 horas na escola e 4 horas na produção”. A defesa partiu da existência de milhões de jovens fora da escola e do trabalho; da perda dos filhos dos trabalhadores para o tráfico de drogas e marginalidade e da impossibilidade de combinar os estudos com a brutal exploração do trabalho. Concluiu que essa bandeira unifica a juventude oprimida para a luta contra o sistema de exploração do trabalho. Os argumentos contrários à reivindicação já são velhos, porque nos acusam de defender a exploração dos jovens. Chegaram ao ponto de dizer que a juventude da classe média tem o livre arbítrio de priorizar o estudo ao trabalho, em época de formação escolar. Quiseram mostrar que há livre escolha para todos. Como se no capitalismo houvesse o livre direito de escolha para a juventude explorada.

Sobre o Plano Municipal da Educação, houve a discussão de participação ou não na elaboração. A Corrente Proletária e outros setores de Oposição se manifestaram contrários à participação. Houve a denúncia que se trata de uma enrolação do governo. A burocracia tentou argumentar de que o governo perdeu o debate sobre as parcerias e convênios. Na verdade, uma mentira porque na prática mantém as conveniadas e as terceirizações. Mas a despolitização dos delegados é grande e, assim, são facilmente manipulados pela burocracia. A independência sindical e a defesa das reivindicações foram fundamentais para se opor à burocracia.

Oposição fragmentada

Diante de um congresso extremamente manietado, as correntes de Oposição estavam desarticuladas e fragmentadas. O PSOL e PSTU, setores opositores majoritários, estavam dispersos. Certamente, pesou na dispersão o fracasso do Congresso de Unificação Conlutas e Intersindical e a frente de esquerda para as eleições. O combate à burocracia dependia de uma Oposição classista, que tivesse realizado um trabalho junto às escolas para a eleição de delegados, que fosse expressão da vanguarda que reivindica a independência sindical e os métodos da ação direta para a conquista das reivindicações. Esse trabalho não existiu e não existe no interior do movimento dos trabalhadores da educação do município.

A burocracia aproveita da fraqueza da Oposição e da despolitização dos delegados para impor a política de conciliação de classe e realizar um congresso festivo.

Construir a fração revolucionária é fortalecer a Corrente Proletária

A Corrente Proletária vem defendendo a construção da fração revolucionária no SINPEEM. O que significa reunir a vanguarda em torno do programa da luta de classes. Mas não teve força ainda de se constituir como o pólo classista que combate a burocratização do sindicato. Trabalhamos para superar as dificuldades.

Nesta edição:

- Armamentismo avança
- Crise mundial e greves na Europa
- Assassinato de Mariano Ferreyra na Argentina
- Bolívia: os 75 anos do POR
- Bolívia: o MAS entrega as riquezas aos sócios imperialistas
- Equador: houve tentativa de golpe?

Artigos do Cerqui



**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Armamentismo

Em nome da democracia e da paz, pratica-se a barbárie

Os documentos secretos publicados pela Wikileaks sobre o envolvimento dos Estados Unidos na invasão do Iraque e do Afeganistão apenas detalham e oficializam os crimes praticados contra os combatentes da resistência e a população. De janeiro de 2004 a dezembro de 2009, foram mortos 109 mil iraquianos. Outros aspectos descritos nos documentos: as torturas no centro de detenção Abu Ghraib e assassinato de presos; a utilização das sanguinárias forças de segurança privadas fazendo às vezes do exército regular.

Nada disso é surpreendente, mas os documentos provam que as torturas e os assassinatos foram praticados por soldados norte-americanos e iraquianos, de forma que o Estado norte-americano e o governo fantoche iraquiano devem ser responsabilizados por crime. Quando foram publicadas imagens com militares ianques seviciando prisioneiros em Abu Ghraib, o governo considerou a tortura um ato isolado, afastou alguns implicados e montou o processo. As medidas serviram de máscara à política de guerra dos Estados Unidos, em nome do combate ao terrorismo.

Em Guantánamo, foi montado um campo de concentração, que serve de centro de tortura. Georg W. Bush o construiu fora dos Estados Unidos justamente para não ter de envolver a justiça do país e ter assim a liberdade total de prender e torturar. Essa medida não se circunscreveu a Guantánamo, a CIA construiu vários centros clandestinos de confinamento de presos, contando com a conivência de governos “amigos”. A revelação sobre seqüestro de militantes da resistência ou de suspeitos de terrorismo e suas transferências de um país a outro em sigilo para os centros clandestinos de tortura provocou um escândalo e indignação de organizações de direitos humanos. Era evidente a violação dos tratados internacionais. Mas logo as vozes foram baixando, baixando, até que se descoraram. No lugar das condenações, ergueu-se um monumento de hipocrisia.

Os relatos de suplício – alguns deles, como cortar partes do corpo, queimar com ácido, eletrocutar – e dos cerca de 70 mil civis mortos, comprovados pelos documentos, terão o mesmo fim se a classe operária e a juventude não se lançarem na luta contra o imperialismo.

O austríaco Manfred Nowak, relator da ONU sobre a tor-

tura, cobrou de Barack Obama uma investigação. O que pressupõe que o governo implicado possa apurar com isenção, objetividade e independência. O relator prometeu enviar uma carta à Casa Branca cobrando “obrigação moral” e explicação sobre o envolvimento dos militares em torturas que ferem a Convenção da ONU. A desfaçatez do guardião dos direitos dos prisioneiros é do tamanho do poder dos Estados Unidos desconhecem qualquer tratado internacional por eles mesmos ditados.

A secretária de Estado, Hillary Clinton, partiu para cima dos editores do portal Wikileaks com ameaças. “Tenho a firme convicção de que devermos condenar nos termos mais claros a difusão de qualquer informação por parte de indivíduos ou organizações, que coloque em perigo a vida de soldados ou civis dos EUA e de seus aliados.” Ora, quem está em perigo não são os soldados e civis norte-americanos e sim os iraquianos, afegãos etc. Os documentos comprovam a mortandade entre a população desses países invadidos por forças estrangeiras, liderada pelos Estados Unidos.

Que o imperialismo saia imediatamente do Iraque, Afeganistão e de outros países. Que se fechem Guantánamo, Abu Ghraib e todos os centros de tortura. Que se dissolvam as forças militares privadas. Que se constitua um Tribunal Internacional independente frente às potências, aos governos e a todas as instituições da burguesia, para apurar os crimes de invasão dos Estados Unidos e de seus aliados. Essas bandeiras que de fato respondem aos crimes de tortura e assassinatos de presos somente podem ser empunhadas por organizações da classe operária.

Crescem as tendências bélicas do capitalismo

Em 1988, os gastos militares dos Estados Unidos atingiram 426,8 bilhões de dólares, caiu em 1998 para 289,7 bilhões e em 2010 saltou para 720 bilhões, em escalada a partir de 2001, justamente quando houve o atentado às torres gêmeas e subsequente à invasão do Afeganistão. O próximo passo na escalada ocorreu em 2003 com a invasão do Iraque. Nos anos seguintes, o aumento do orçamento militar do Pentágono não fez senão aumentar.

Os gigantescos gastos improdutivos são constitutivos do capitalismo, principalmente na etapa última de seu desenvolvimento imperialista. Em última instância, sua função é de destruir forças produtivas por meio das guerras, como evidenciou as duas grandes guerras mundiais.

Há um vínculo entre a indústria armamentista e a crise estrutural do capitalismo. As potências se armam em razão da divisão do mundo em áreas de domínio e influência, bem como provocam a corrida armamentista entre as nações semicoloniais, tornando-as em lucrativos mercados. O ramo da produção militar está concentrado em 100 maiores empresas, sendo que 44 pertencem aos Estados Unidos. A potência dominante controla o mercado mundial de armas, tem suas bases militares espalhadas pelo globo e não há conflito armado que não conte com sua atuação, direta ou indiretamente.

O atentado terrorista de 11 de setembro serviu de motivo para o governo George W. Bush lançar uma ofensiva militar sem precedente depois do “fim da guerra fria”. Barack Obama levantou a bandeira de paz negociada elevando os gastos militares à estratosfera. Há muito a economia norte-americana – carro chefe do capitalismo mundial – vem se deteriorando, perdendo parte do mercado internacional e manifestando sintomas de desintegração. A indústria armamentista e as tendências bélicas inerentes ao capitalismo se avolumam no quadro de sua crise histórica.

Na segunda guerra, foram queimados 4 trilhões de dólares; na invasão do Afeganistão e Iraque, os Estados Unidos queimaram 1 trilhão de dólares, segundo dados da jornalista Elisabeth Bumiller, publicados no The New York Times. Os arsenais abarrotados de armas, a indústria militar necessitando vender e a economia com baixo crescimento, ora estagnada, ora em recessão, forçam o Estado imperialista a conquistar mercados e a explorar os conflitos em todo o mundo.

Em outubro deste ano, Obama enviou ao Congresso a notificação de um acordo de venda de armas para a Arábia Saudita

EUA – eleições

Crise política nos Estados Unidos

A derrota dos democratas nas eleições legislativas de 3 de novembro foi comparada com a de 1994 de Bill Clinton do mesmo partido de Obama. Formalmente sim, no sentido de que representam um descontentamento com os governos democratas. No terceiro ano de Clinton, a economia cresceu e o espectro do desemprego se esvaiu, o que lhe deu um segundo mandato nas eleições de 1996. Há que se considerar, também, que se trata de um político orgânico da burguesia.

Obama venceu os Clintons nas convenções democratas a muito custo, fez uma brilhante carreira política em defesa dos interesses do capitalismo norte-americano, mas não tem a estirpe burguesa dos tradicionais caciques. Os achaques racistas e bestiais, como chamá-lo de comunista, expressam bem o desconforto tanto dos republicanos como dos democratas de terem à frente do Estado um negro de origem pobre e peregrina. Por mais que Obama se esforce por demonstrar que não passa de um serviçal da burguesia e do imperialismo, sua figura continua a perturbar a reação, que usa de todo o poder para ar-

no valor de 60 bilhões de dólares. O argumento das autoridades é de que os modernos caças F-15, helicópteros Apache, Black Hawk, mísseis, radares etc. servirão para “a segurança e a estabilidade regional”. No fundo, o objetivo imediato é o de armar os sauditas, cujas reservas cambiais provenientes do petróleo são abundantes e precisam ser gastas, contra o Irã. A responsabilidade, no entanto, recai sobre os iranianos, que, segundo os porta-vozes do imperialismo, provocaram a corrida armamentista no Golfo Pérsico. Com a nobre e alegada causa, a burguesia norte-americana está entupindo a Arábia Saudita, Emirados Árabes, Bahrein, Kuwait etc. com o arsenal de destruição de riquezas e vidas.

A mais nova investida norte-americana – ainda anunciada na forma de intenção – é a da “atlantização” da Otan. O projeto consiste em estender o raio de ação desse braço armado das potências, manejado pelos Estados Unidos, para o Atlântico Sul. Soou mais uma vez o alerta para as autoridades brasileiras sobre o reforço militar do Pentágono na América do Sul. Mais uma vez porque a reativação da IV Frota e a construção de bases na Colômbia evidenciaram que a burguesia norte-americana e seu governo avaliam que seu domínio deve ser reforçado. A descoberta de grandes reservas de petróleo no pré-sal pelo Brasil desperta grandes interesses das multinacionais e renova posições estratégicas do imperialismo. Reunidos, esses acontecimentos já bastam para mostrar a potencialidade das tendências bélicas.

O marxismo empunha a tese de que sem a reorganização da classe operária internacional contra a burguesia, sem a luta antiimperialista e anticapitalista, a barbárie vigente alcançará uma arandezia infinitamente mais assombrosa. É dever da vanguarda revolucionária reorganizar-se, retomando dos fundamentos da III Internacional dos Quatro Primeiros Congressos e da IV Internacional. Certamente, a reorganização crítica e autocrítica virá com a agudização da luta de classe e com o trabalho de penetrar no seio do proletariado com a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

rastar as massas, principalmente a classe média conservadora, por trás de seus ataques ao Presidente.

Obama ganhou as eleições no quadro de crise aberto em 2007, sem o qual seria impensável sua candidatura. Enormes contingentes de explorados, de negros e de imigrantes se deslocaram dos republicanos e da oligarquia partidária dos democratas, na esperança de constituir uma nova força política, embora saída das entranhas da velha política bipartidária. Ocorre que a crise se precipitou avassaladoramente, no final do governo Bush. Obama assumiu a presidência com o país no precipício e as massas recebendo um brutal choque.

A elevação vertiginosa da taxa de desemprego para uma taxa próxima a 10% e a persistência do baixo desempenho da economia, apesar dos bilhões despejados pelo Tesouro e pelo Banco Central, incentivaram os republicanos a solapar as iniciativas de apelo popular de Obama, como a reforma do sistema de saúde. A oposição a combateu inflexivelmente e setores do oficialismo a sabotaram, de forma que as mudanças foram

para inglês ver. Mesmo assim, os republicanos, agora em maioria, prometem revê-lo. Tendo a maioria na Câmara e no Senado, os democratas podiam enfrentar em posição de força os republicanos, mas não com Obama no comando. A bandeira de encerrar a guerra no Iraque e fechar o campo de concentração de Guantánamo acabou sendo rebaixada. Restou a Obama atender as pressões da oligarquia financeira de descarregar a crise sobre os trabalhadores norte-americanos, às massas mundiais e aos países semicoloniais.

Com a derrota nas eleições legislativas, o governo de Obama será ainda mais acuado. O Presidente humilhado correu a pedir colaboração dos vencedores para ajudá-lo a enfrentar a

crise. Não será correspondido, a não ser que faça a política da oposição. O ultimato está dado – Obama deve se acomodar às exigências dos republicanos, reforçado pela ala fascizante do Tea Party.

Certamente, está em curso uma crise política nos Estados Unidos. O problema fundamental está no fato da classe operária norte-americana ter-se aristocratizado. E a classe média consumista exercer uma importante força de pressão conservadora e reacionária. No entanto, a crise vem golpeando, sem distinção, as massas. A burocracia sindical ainda tem poderes suficientes para sufocar as tendências de luta, mas é questão de tempo para os explorados libertarem o instinto de luta coletiva.

Guerra cambial é mais um passo no agravamento da crise

O governo norte-americano acaba de anunciar a compra de US\$ 600 bilhões em títulos do Tesouro, a serem realizados 75 bilhões ao mês nos próximos 8 meses. Trata-se da segunda derrama de dólares que o governo faz neste ano (já tinha despejado US\$ 1,2 trilhão no mercado). A medida tem por objetivo anunciado estimular a economia ianque, que tem apresentado dados de estagnação por meses seguidos, o que tem influenciado na economia mundial diretamente. Os países desenvolvidos respondem por 70% da produção mundial, e os EUA e Europa não conseguem superar a crise econômica. A previsão de crescimento da economia mundial pelo FMI foi baixada de 4,8% para entre 3% e 4%, sendo que se espera crescimento vegetativo entre 1% e 2% das potências, e de 6% a 8% nos chamados países emergentes. Trata-se da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção e distribuição capitalistas, que chegou a um ponto tal que levou a uma crise comparável à de 1929.

Os EUA têm registrado índices de crescimento pífios. O crescimento do emprego é insignificante diante das necessidades criadas pela crise. O mês de outubro registrou 151 mil novos empregos, mas é o primeiro crescimento desde maio. Quase meio milhão de pedidos de seguro desemprego por mês expressam a falta de vagas e o índice de desemprego oscila ao redor dos 10%, com um subemprego ao redor dos 17%. Estima-se que a crise mundial tenha destruído mais de 30 milhões de empregos em todo o mundo, e esse número pode ultrapassar os 400 milhões em poucos anos (segundo o FMI).

A emissão de uma montanha de dinheiro pelos EUA tem mais de uma razão e consequências. Não se trata apenas de uma tentativa de estímulo ao crédito e ao endividamento de um consumidor já bastante endividado. Desde o início da crise, expôs-se a monumental dívida pública dos EUA, que contava trilhões de dólares. Uma dívida impagável, e aumentada pelas manobras feitas de suporte aos bancos e multinacionais nos momentos explosivos da crise. Evidenciou-se a necessidade de uma desvalorização da moeda ianque, a fim de com isso reduzir substancialmente o endividamento real. Os caminhos de ajustes fiscais ficaram bloqueados pelo avanço da crise. Há também o problema do déficit comercial com os principais parceiros comerciais. A desvalorização do dólar dará melhores condições de competição dos produtos ianques com os de outros países.

O principal país afetado será a China, que tem mais de 700 bilhões de dólares emprestados aos EUA e um amplo saldo comercial. Os dirigentes chineses percorreram a Europa nos últimos dias em busca de outros investimentos. Fecharam acordos na França, Espanha e Portugal, comprando parte de empresas e dívidas públicas. Os chineses procuram escapar das medidas ianques de desvalorização monetária e seguram baixo o valor de sua própria moeda.

Europa em crise crescente

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que tem caído o ritmo de retomada econômica na União Européia (crescimento entre 2,5% e 3%, e entre 2,5% e 3% para 2011). Prevê que a dívida pública deve atingir máximos históricos ainda este ano.

A União Europeia se colocou pela compra das dívidas dos países em maior dificuldade financeira, devido às medidas de subsídio estatal aos bancos e multinacionais. Em troca, esses países devem aplicar planos de ajuste para se adaptarem às imposições ditadas pelos organismos internacionais. Mas essas medidas encontram resistência das massas e têm sido de difícil aplicação.

A Espanha encontra-se com o PIB estagnado, com 02% de crescimento anualizado, depois de sete trimestres seguidos negativos. Seu índice de desemprego segue na casa dos 25% da força de trabalho.

A Irlanda tem pela frente um objetivo de reduzir seu déficit público dos 32% para 3% do PIB até 2014. Serão cortes de 15 bilhões de euros no orçamento público, dos quais 6 bilhões ainda este ano. A retração prossegue com índice de crescimento ao redor de zero. O desemprego está em 13,5%, com meta de baixá-lo até 9,75% em 2011, o que significa ainda uma grande massa de desempregados.

A Inglaterra anunciou que conseguiu chegar ao nível da economia de setembro de 2008, com crescimento de 2,8%. O crescimento de 08% no trimestre, que trouxe a economia para o nível de 2 anos atrás, deve cair com essas medidas. O governo anunciou o maior pacote de cortes de gastos da história. E também demissão em massa do funcionalismo.

A França aprovou o aumento da idade para a aposentadoria, mas continua enfrentando greves. Os ajustes devem reper-

cutir em mais estagnação, porque implicam cortes de gastos públicos.

Não há saída para a crise

As medidas que têm sido tomadas pelos governos, de guerra cambial e ajustes fiscais, não serão capazes de superar a crise. O capitalismo em crise depende de uma ampla destruição das forças produtivas, a fim de permitir a reconcentração de mercados e capitais de tal forma que seja possível estabelecer um novo patamar de retomada econômica sobre as bases da destruição empreendida. A guerra cambial estimula a fuga de investimento para as chamadas economias emergentes, que sofrerão com a elevação artificial dos valores das ações nas bolsas

A luta contra a Reforma da Previdência continua na França

Depois de aprovada no parlamento, resta ao presidente Sarkozy sancionar a Reforma. Para isso, ainda deve esperar o aval do “Conselho Constitucional”, que avalia a validade de novas leis. O governo, como dito desde o início, mostra-se inflexível. A reforma previdenciária atende aos interesses do “pacote de austeridade” da União Europeia. Os movimentos sociais, dirigidos pelas oito Centrais do país, conseguiram nesses dois meses as maiores manifestações dos últimos anos.

O governo e as Centrais Sindicais puseram em marcha forças sociais muito maiores do que podem controlar. Isso é o que tem demonstrado as recentes manifestações de 19, 26 e 28 de outubro.

Com a entrada dos estudantes secundaristas e universitários nos protestos, a luta contra a Reforma se alastrou pelo país. No entanto, ainda que numeroso, o contingente estudantil não têm a força econômica da classe operária que também se pôs de pé diante do chamado das Centrais.

A paralisação de 1/4 das refinarias, a partir de bloqueios; o fechamento de estradas, também por bloqueios; a paralisação de parte do transporte ferroviário e paralisações dos portuários de Marselha evidenciam o descontentamento dos operários das empresas privadas e eleva qualitativamente o teor das lutas no país. Diferente das paralisações de 24 horas chamadas em setembro, as greves de outubro têm mexido profundamente com o governo, que se viu na obrigação de responder ao movimento. A força policial foi destacada para acabar com bloqueios às refinarias que atendem Paris e outras regiões metropolitanas. Sarkozy foi à mídia desqualificar os movimentos e tenta organizar um “gabinete de crise” para minimizar os efeitos dos protestos.

O movimento de professores e estudantes também cresceu. Na segunda semana de outubro, cerca de 400 escolas de ensino médio estavam paralisadas. Até o dia 26 de outubro, 37 universidades espalhadas pelo país haviam realizado assembleias gerais e decretado greve estudantil. Apesar de menor em relação a 12 de outubro, os protestos do dia 16, tiveram mais cidades envolvidas, por causa das escolas e centros universitários. A União Nacional dos Estudantes Franceses tem convocado protestos em diversas regiões. Mesmo em pequenas cidades, as mobilizações ultrapassam os 10 mil manifestantes. Muitos já tem comparado essas jornadas com as que deram origem ao

de valores e que levará a novas quebras. Os cortes brutais nos orçamentos públicos imporá um freio de mão nas economias, pois os estados são os maiores investidores e há grande parasitismo. O crescimento que experimentam os países chamados emergentes esbarra nas condições de restrição crescente do mercado mundial. Os conflitos comerciais se acentuarão, e haverá choques profundos, com grandes quebras e acentuação do intervencionismo bélico. O capitalismo reserva um futuro próximo de grandes ataques contra a vida das massas. É preciso preparar a defesa dos trabalhadores contra a ofensiva capitalista. O Programa de Transição aponta o método de combate e de organização para responder à crise com a força da luta de classes.

Maio de 68.

As Centrais convocaram além do dia 28 de outubro, o dia 06 de novembro. Esperam o recuo do presidente. O Partido Socialista, de oposição, defende a suspensão da Reforma, no que é seguido pela maioria dos dirigentes sindicais.

Avança a Reforma, não os dirigentes sindicais

O impasse se mantém apenas na aparência. Como afirmam os jornais da mídia burguesa, a reforma avança. Está a um passo de ser definitivamente implantada. Não obstante, o ritmo das direções é outro. Derrotadas no Senado e na Assembleia Nacional, se lamuriam afirmando que o governo não “ouve o povo e se recusa a negociar”. Em uma carta, publicada no site da CGT (maior Central do país) em 27 de outubro, levanta-se que o número de desempregados aumentou no último ano, agora são 4 milhões, quase 7% da população. O objetivo da carta é denunciar que a Reforma da Previdência atua na contra-mão do que esperam os dirigentes da Central. Salvar empresas e bancos, em vez de aumentar os salários, garantir os direitos e impulsionar a produção tem sido a marca do governo, desde o início da crise econômica. Ou seja, a CGT, como outras centrais, supõe que o problema é puramente administrativo e poderia ser resolvido por outro modelo de gestão, por isso em nenhum momento se opõe ao governo, exigindo que ele seja derrubado, por não atender os anseios da população. Do mesmo modo, o Partido Socialista, principal partido opositor ao governo Sarkozy, querendo se potencializar eleitoralmente, tem afirmado que defende uma plebiscito da Reforma que demonstre a insatisfação da população e que, se eleito em 2012, anulará a Reforma. Centrais e Partidos social-democratas convergem na saída institucional e no fim das mobilizações.

O problema é que, na ausência de um partido revolucionário que impulse nacionalmente as bandeiras antigoverno e anticapitalista, as massas, mesmo as mais radicalizadas são arrastadas por essa política pacifista e conciliadora. Sem dúvida, uma parcela dos manifestantes conhece as limitações das Centrais e dos partidos oficiais de esquerda, o que se demonstra através da radicalização de certos setores não identificados com os dirigentes sindicais, principalmente a juventude estudantil. A questão é que esses setores mais radicalizados não poderão definir os rumos do movimento, ganhar a classe operária, mais

fortemente controlada pelas Centrais e fazer avançar a luta, impedindo a implantação da Reforma, porque agem também sem um norte definido, sem o programa da revolução.

Conselho da União Europeia pede maior “contenção”

Reunido em Bruxelas, o Conselho da União Europeia, no dia 29 de outubro, reafirmou o pacote de medidas austeras (corte de gastos com o funcionalismo, retirada de recursos para os serviços públicos e reformas na previdência e trabalhista) e anunciou que espera que os orçamentos nacionais estejam sob maior controle do Conselho, apelando para uma maior disciplina fiscal. As medidas da União Europeia apontam para maiores e mais profundos ataques aos direitos dos trabalhadores da região.

Mas o que o Conselho da UE faz é apenas dar uma expressão geral ao que cada governo já tem feito em seu país. Na Inglaterra, no dia 20 de outubro, o governo anunciou um programa de corte de 83 bilhões de libras (cerca de 220 bilhões de reais), que envolve benefícios sociais e o orçamento de diversos setores, bem como declarou que até 2015 pretende eliminar 490 mil empregos públicos. Além da Reforma da Previdência, o governo francês pretende cortar 45 bilhões de euros (cerca de 104 bilhões de reais) nos próximos três anos dos diferentes ministérios. Na Irlanda, depois de aprovar um pacote de ajuda de 45 bilhões de euros para os bancos endividados, o governo resolveu cortar 5% do salário do funcionalismo e diminuir benefícios sociais. Na Holanda, o governo recentemente eleito anunciou a intenção de cortar 18 bilhões de euro também do orçamento para benefícios sociais. Na Romênia, o ataque é profundo: o governo pretende diminuir em 25% os salários dos trabalhadores da ativa e em 15% as pensões dos aposentados; o país vem recebendo “ajuda” do FMI e teve sua economia uma queda de 7% em 2009. Na Alemanha, os cortes devem chegar a 80 bilhões de euros nos próximos quatro anos e demissões no funcionalismo. Na Lituânia, o corte nos gastos ainda não foi anunciada, mas deve ser alto, pois o país recuou 25% em sua economia só nos últimos dois anos. Em Portugal, corte do orçamento e aumento de impostos também foram cogitados para diminuir o déficit do Estado.

Governos “socialistas” como de Portugal e da Grécia ou liberais como da França e da Inglaterra seguem o mesmo recei-

tuário de medidas. Elas são brutais e não devem parar por aí. O FMI “sugeriu” que o Conselho da UE ganhe maiores poderes para intervir nas políticas econômicas dos países do bloco, principalmente nas economias mais fracas. O desemprego e a pobreza devem aumentar nos próximos anos com a aplicação desse pacote de projetos governamentais.

As mobilizações não devem parar

As 490 mil demissões na Inglaterra programadas para os próximos cinco anos atingirão todos os setores do funcionalismo público, o corte nos “gastos” vai obrigar os sindicatos reformistas (Trade-Unions) atuarem como há anos não se via. Só no metrô londrino já ocorreram duas paralisações de 24 horas, novas paralisações estão marcadas para o mês de novembro. Como o governo pretende também elevar a arrecadação dos impostos em 29 bilhões de libras, a classe média solidária vai ter de se mover e confluir com o movimento operário e estudantil, o qual crescerá no país, nos próximos anos. O caso da Inglaterra é singular, porque o déficit do Estado é maior que o da França (cerca de 11% do PIB, ou 150 bilhões de libras), mas a margem de manobra é menor, pois o custo de vida no país já é um dos maiores da Europa.

Esse quadro de instabilidade e ação conjunta dos governos impede, por sua vez, que os movimentos de resistência contornem-se facilmente. Novos elementos devem surgir, não só na França, mas em outros países, que podem impulsionar as lutas nacionais. Além da Inglaterra, na Bélgica, houve paralisações de ferroviários no mês de outubro e na Espanha, em Portugal e na Itália ocorreram manifestações e greves setoriais em virtude das medidas de cada um dos governos locais.

Conforme as consequências da crise se acentuam, as manifestações, adotando diferentes graus de radicalização, aparecem no cenário político. A organização das lutas em nível nacional e internacional se potencializa, o fluxo de informações e as constantes jornadas de mobilização demonstram a oposição entre governo e os trabalhadores, bem como o papel das direções sindicais falidas.

A crise europeia e os choques da luta de classe fazem com que as experiências históricas da classe operária sejam retomadas. Abrem-se novas possibilidades da construção do partido da revolução e da reconstrução da IV Internacional.

Argentina

Militante do Partido Obrero assassinado – responder com luta

O Partido Operário Revolucionário denuncia, aqui no Brasil, o assassinato do militante Mariano Ferreyra, pertencente ao Partido Obrero (PO), da Argentina. Os assassinos aguardaram o término da manifestação contra as demissões de ferroviários teceirizados para atacar os militantes com barras de ferro e paus. Um dos agressores sacou a arma e desfechou vários disparos. Mariano Ferreyra morreu instantaneamente e Elza Rodríguez se encontra em estado grave com uma bala cravada na cabeça.

A acusação dos crimes recai sobre os bate-paus e fascino-

ras ligados à burocracia da Confederação Geral do Trabalho (CGT), vinculada ao governo dos Kircheners. Imediatamente, a militância bloqueou os trilhos da ferrovia, exigindo punição aos assassinos. A Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) convocou uma marcha responsabilizando o governo de Cristina Kirchner. Deve-se ter claro que tudo será feito pelo governo burguês para acobertar os criminosos.

O ataque do tipo fascista aos militantes e o assassinato de Mariano Ferreyra objetiva espalhar o terror entre os trabalhadores e a sua vanguarda. A burocracia sindical constitui um

braço do Estado capitalista, cuja evolução para se tornar uma força auxiliar da repressão policial depende apenas da situação política e da luta de classe. Sua ligação com a classe capitalista e com os governos a coloca como tropa a serviço da exploração do trabalho. Isso explica que a polícia assistiu impassiva a investida dos bandidos da CGT diante da militância desarmada e surpreendida pela sanha planejada nos porões da burocracia pró-patronal.

A história do movimento operário está repleta de acontecimentos como esse. Os mais marcantes, por sua orientação política, se encontram nos períodos de domínio do nazifascismo.

A burocracia sindical peronista saltou da condição de tropa do nacionalismo burguês para a de tropa de defesa do grande capital. A camarilha que controla a CGT não guarda nenhuma relação com a classe operária. Estruturou-se como corpo estranho no aparato sindical. Uma das funções da burocracia é a de eliminar a democracia operária dos sindicatos e da central. E implantar uma força repressiva às tentativas da classe operária de expressar seu instinto de revolta e ao trabalho político-sindical da vanguarda combatente, como a que organizava a luta contra as demissões dos terceirizados.

A burocracia bloqueia a revolta dos assalariados e golpeia com violência a militância que se põe no terreno da organização independente dos explorados. Não foi por acaso que o piqueteiro abatido, sem que tivesse como esboçar qualquer defesa, é um militante de um partido que se reivindica do trotskismo. A burocracia se comporta como inimigo de classe. De fato, encarna a violência reacionária da classe capitalista sobre a classe operária e os demais oprimidos.

O POR se solidariza com PO e com toda militância dos ferroviários ameaçada pelos bandos da CGT, e luta ao seu lado na caça dos responsáveis. Há que se fazer uma campanha internacional que congregue todas as correntes revolucionárias e democráticas em defesa da classe operária e da sua vanguarda diante da violência reacionária da burguesia argentina, de seu Estado e da sua burocracia gangsteril.

A Argentina atravessou uma das ditaduras mais sangüinárias da América Latina. Trinta mil mortos, milhares de tor-

turados e dezenas de filhos sequestrados foram o seu saldo. A burguesia preservou seu sistema social a custa do sangue de milhares de combatentes. Não obstante, não pôde evitar o avanço da decomposição econômica do seu capitalismo, que em última instância reflete o capitalismo mundial.

O ponto alto de sua decadência ficou exposto na Guerra das Malvinas. Não porque o País não tinha um exército à altura do imperialismo inglês, apoiado pelo imperialismo norte-americano, mas sim porque a burguesia e seu governo militar preservaram o capital imperialista em suas fronteiras nacionais e não armaram a população para combater os invasores das Malvinas.

Os governos ditos democráticos preservaram as instituições da ditadura. Sob pressão do movimento democrático, abriram-se alguns processos e se fingiu de punir alguns dos responsáveis. Evidenciou-se que somente a classe operária poderia e poderá liquidar a máquina de opressão e repressão sobre as massas e sua vanguarda. Sob os governos ditos democráticos, se continuou a matar e desaparecer militantes.

O assassinato de Mariano Ferreyra, preparado pela burocracia a serviço do governo e dos patrões, não é tão-somente uma provocação isolada da CGT, mas também um anúncio de que a luta de classe na Argentina se agrava e que a classe operária terá de organizar sua auto defesa. Não está distante a necessidade do movimento revolucionário constituir seus piquetes armados de enfrentamento com os bandos direitistas.

Está colocada a tarefa de expor a mais profunda raiz de classe da violência desfechada pelos burocratas contra a militância classista e do assassinato de Mariano Ferreyra. A via política de combater a reação, punir os assassinos e avançar organização de classe dos explorados se concentra na defesa de constituição de um Tribunal Popular constituído por representantes de fábrica, de outros locais de trabalho e de estudo.

Viva a luta dos ferroviários! Readmissão de todos os demitidos!

Punição dos assassinos de Mariano Ferreyra!

Pela constituição de um Tribunal Popular!

Carta do POR argentino ao Partido Obrero Buenos Aires, 20 de outubro de 2010 Aos companheiros do Partido Obrero

Repudiamos o assassinato do companheiro Mariano Ferreyra de vossa organização e também nos solidarizamos neste difícil momento com todos os companheiros feridos neste ataque.

Responsabilizamos à apodrecida burocracia mafiosa que alimenta as patotas de lumpens para atacar os trabalhadores.

Responsabilizamos a polícia que os protege e libera setores para agirem impunemente.

São os mesmos métodos que aplicaram contra os trabalhadores do hospital Frances, em Terrabusi-Kraft, no Casino, no metrô, com os motoristas, são os mesmos métodos para impedir que os trabalhadores lutem por suas reivindicações e recuperem suas organizações.

Responsabilizamos a empresa cúmplice e sócia da burocracia.

cia.

Responsabilizamos o governo que acoberta os criminosos.

É mentira o que afirmam certos meios de comunicação de que se trataria de um enfrentamento entre sindicalistas de esquerda e sindicalistas peronistas. Trata-se de um infame ataque contra os trabalhadores desfechado por um bando de mafiosos que se apropriaram do sindicato.

Castigo a todos os responsáveis políticos e materiais do crime!!

Fora toda a burocracia apodrecida dos sindicatos!!

Fraternalmente,

R. Basko

Panfleto distribuído na marcha contra o assassinato Ataque criminoso da gangue da burocracia contra ativistas que reclamavam a reincorporação de trabalhadores à empresa de trens

Assassinaram o companheiro do Partido Obrero Mariano Ferreyra e feriram à bala vários ativistas.

Burocracia, Governo Policia e Empresa são os responsáveis do crime

Estes são os métodos da burocracia apodrecida que alimenta as patotas. Também utilizados no Hospital Frances, no Casino, no metrô, contra os motoristas da UTA e em tantos outros conflitos para quebrar as lutas dos trabalhadores e impedir que recuperem suas organizações.

No enfrentamento, houve uma emboscada, um ataque premeditado para dar uma lição nos desempregados que reivindicam e às correntes políticas que os apoiam. Não houve enfrentamento entre “trabalhadores”. Houve sim um ataque covarde contra os trabalhadores e contra os que os apoiavam.

São os métodos de todos os burocratas que atuam em nome do governo e das empresas contra os trabalhadores.

Atuam coordenadamente com as forças repressivas do governo que liberam setores para eles agirem, os protegem e acobertam.

O governo e o judiciário são responsáveis por estas ações. Não apenas não investigam, não prendem nem castigam estes bandos senão que os incentivam para manter os trabalhadores “na linha”. Não os enfrentam, pelo contrário, eles os amparam porque precisa deles.

Querem acabar com todos as protestos dos trabalhadores que fogem ao controle dos burocratas castigando-os.

Os trabalhadores adotam medidas radicais para impor suas reivindicações, pois, não há outra forma. Nada se resolve dialogando com o Ministério do Trabalho, a serviço exclusivo de patrões e burocratas. Não há nada que esperar da justiça que é deles mesmos.

Não há outra alternativa senão confiar nas próprias forças, nos métodos de ação direta para impor as reivindicações. Os conflitos seguirão crescendo empurrados pelo



Mariano Ferreyra, brutalmente assassinado durante repressão à manifestação dos trabalhadores

desespero dos baixos salários, o desemprego, a precarização trabalhista ou a necessidade de ter uma organização que os represente.

Que importa se este burocrata é mais ou menos amigo de Moyano, se é kishnerista ou dualista? São todos parte da mesma corja que sobrevive graças aos métodos mafiosos para controlar os sindicatos, para utilizá-los em benefício próprio, dos seus patrões e do governo. São os que colaboraram com a ditadura para delatar aos ativistas e são também os que contribuíram a destruir as empresas públicas em troca de um bom dinheiro. Estão dispostos a tudo para defender seus privilégios.

A empresa, associada ao governo mediante a Secretaria de Transportes, é responsável de manter centenas de trabalhadores em situação precária, contratados fora da

convenção dos ferroviários. A burocracia, além disso, participa da propriedade da Ferrovia Roca. Todos conheciam esta situação e agora querem simular surpresa.

Só haverá justiça para Mariano se reforçarmos a mobilização popular pela punição a todos os assassinos, se reforçarmos a organização e luta da classe operária para recuperar todas as suas organizações sindicais, para impor o salário mínimo que cubra o custo de vida, para repartir todas as horas de trabalho entre todos os trabalhadores para acabar com o desemprego, para acabar de vez com o trabalho precarizado, para liquidar com este regime capitalista que se sustenta sobre a base da super-exploração, da miséria e da repressão.

Toda nossa solidariedade com os companheiros.

Punição aos assassinos! E a todos os responsáveis políticos pelo crime!

Fora toda a burocracia apodrecida e mafiosa dos sindicatos!

Recuperar os sindicatos desde as bases em coordenação com todos os setores classistas!

Partido Obrero Revolucionário (Argentina)

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Algumas reflexões para discutir – 22 de outubro

O assassinato do companheiro Mariano Ferreyra

1. A resposta popular foi contundente em todo o país pela sua massividade nas ruas, pelas paralizações de atividades, bloqueio de ruas e estradas, pela resposta imediata de todas as correntes combativas da classe operária e da juventude. A população conhece quem são os responsáveis e como atua esta corja, por isso, a resposta das manifestações de solidariedade com o companheiro assassinado.

2. Os trabalhadores conhecem as negociatas das terceirizadas amparadas pelos sindicatos, pelo Ministério do Trabalho e pelo Governo. As empresas e os burocratas são sócios na superexploração dos trabalhadores. O crime expôs essa trama que mantém 1.500 trabalhadores em situação precarizada na ferrovia e dezenas de milhares em todo o país em várias atividades. Apressam-se agora para negociar com os demitidos sua reincorporação apenas para apaziguar os ânimos e tentar silenciar o assunto. Mas o fazem como de costume tentando dividir e isolar os mais combativos.

3. As manobras do governo e da imprensa, de apresentar a emboscada e o assassinato como um “enfrentamento” entre setores sindicais fracassaram, assim como as declarações miseráveis de Cristina Kishner igualando como violentos a todos, os que apanham, jogam pedras, etc., pondo no mesmo nível os militantes baleados e os assassinos. É ridícula a pregação que a Cristina Kishner e seu superministério Fernandez fazem chamando a negociar, sentar à mesa, dialogar para resolver os problemas como se não fossem eles próprios os que fecham qualquer possibilidade de negociação, agindo sempre a favor das empresas e dos burocratas. A presidente se atreveu a acusar os manifestantes por não irem depor na justiça e de “utilizar” o crime para exigir a solução de suas reivindicações sindicais. Faz de tudo para acobertar os verdadeiros responsáveis.

4. O crime provocou uma crise no governo que demorou mais de seis horas para fazer alguma declaração sobre o assassinato, utilizando o recurso mesquinho de que “lhe atribuíram um morto”, sem aclarar quem lhe atribuiu, e para tentar aparecer como vítima inocente do que estava acontecendo. Tentaram apresentar o fato como uma operação da oposição de direita. A realidade é que a presidente tem pouco crédito depois que, poucos dias antes, apareceu no estádio do River, no ato do dia da lealdade peronista, junto com os caciques da burocracia. Difícil de acreditar nela, dado o entrelaçamento entre a Secretaria de Transportes, a administração da ferrovia, a associação com os empresários amigos nesse negócio junto com a União Ferroviária, seu ministro de trabalho – que foi advogado da UF –, o procurador geral da nação que também é advogado do Pedraza. Difícil de acreditar quando todas as versões indicam a cumplicidade das polícias com a patota assassina, é como se a polícia não dependesse do poder político. O governo tentará se desvincular do crime e mostrar que procura justiça “até prender os responsáveis materiais e intelectuais”.

5. Do mesmo modo que em Puente Pueyrredón tentou dar uma lição, uma advertência à militância de esquerda para não se solidarizar com as lutas dos trabalhadores, que não se

organizem, não questionem nem enfrentem a burocracia apodrecida. Daquela vez a operação foi organizada em grande escala, desde os governos nacional e provincial com a intervenção de todas as forças de segurança. Desta vez, desde uma patota da burocracia protegida por ambas polícias; a da província e a federal.

6. O assassinato bárbaro de um militante popular e os feridos à bala constituem fatos de enorme gravidade. Deve haver castigo. Não pode ficar impune. Não só os que atiraram devem ser castigados, também os organizadores, os que recrutaram a patota e os responsáveis políticos e ideológicos do ataque. Em Puente Pueyrredón não tiveram outra saída senão achar os responsáveis diretos pelo massacre, mas os responsáveis políticos que a organizaram continuam impunes, protegidos pelos governos, incluídos os de Kishner. A resposta popular consegue a identificação, ainda que tarde, dos agressores e sua localização na União Ferroviária. Mas a justiça tem um claro sentido de classe. Esta é a justiça dos opressores. Os trabalhadores têm de tomar a investigação em suas mãos e leva-la até as últimas consequências. Não basta castigar os lumpens, bate-paus desclassificados que puxaram o gatilho. Mesmo vestidos de operários ou que sejam empregados da ferrovia, não são operários. Pedraza e seus cúmplices têm de ser castigados.

7. O crime da máfia sindical é expressão de sua completa decomposição e de apodrecimento do regime político que se descarrega contra os trabalhadores, contra os mais pobres. Nesses setores se apoia o governo, são seu suporte principal (já não são as unidades básicas nem a militância do partido político como no passado). Os empresários criticam o “poder sindical”, mas, por baixo dos panos, o alimenta, porque precisa dele para manter os trabalhadores sob controle. Pedraza é Moyano. Pouco importa se hoje são kishneristas ou anti-kishneristas ou se ontem foram menemistas ou anti-menemistas. Todos eles, todas as frações da burocracia são úteis às necessidades do regime político capitalista para impedir que os trabalhadores sejam independentes de sua tutela.

8. O papel da imprensa oficial e anti-oficial é usar o crime para o seu próprio jogo, ocultando as raízes do fenômeno. Todos aportam sua quota de miséria.

9. Como impor a democracia sindical? A patota hoje é demonizada por boa parte da imprensa que pede que seja controlada mediante uma lei, ou que o governo intervenha nos sindicatos. Mas, a única forma de democratizar os sindicatos é pela própria intervenção da classe operária, com seus próprios métodos, eliminando esta corja. Se os que intervêm são o Governo e o Congresso, será para arregimentar mais ainda a vida sindical e impedir a autonomia e independência da classe operária. Eles são parte do Estado burguês, de sua ditadura de classe.

10. Este crime deve servir para abrir um debate sobre como liquidar as empresas terceirizadoras e os patrões da ferrovia, sócias do governo e como colocá-las a funcionar sob controle operário coletivo, extirpando todas as máfias patronais e o Estado, irmãs de sangue da máfia burocrática.

75 anos do POR-Bolívia: Uma exemplar trajetória de combate pela revolução internacional

Rafael Sousa

Neste ano, o Partido Operário Revolucionário da Bolívia comemora incríveis 75 anos de existência! De sua fundação no exílio argentino (Cordoba/1935) até aos dias atuais, a trajetória do POR foi marcada pelo extremo rigor na elaboração programática e pela luta para dotar os explorados de uma direção revolucionária firme e inquebrantável. Hoje, a despeito dos ataques caluniosos de que sofre, vindos ora da direita ora da esquerda revisionista, o POR é uma verdadeira fortaleza do marxismo revolucionário latinoamericano e mundial.

Três quartos de século são, indiscutivelmente, um tempo bastante longo, especialmente para uma corrente trotskista. Não é difícil de espantar com isso. Afinal, como é possível a uma corrente política manter-se firme no terreno revolucionário, numa época de tantos retrocessos e quando tantas outras já abandonaram a tradição revolucionária para seguir a burguesia? 75 anos! É um tempo tão longo que uma geração apenas de militantes não basta para concluir a obra da edificação do partido-programa. Em diferentes épocas, diferentes lutadores passaram pelo POR, escrevendo em letras de sangue o programa da revolução boliviana no duro enfrentamento aos governos gorilas¹, ao nacionalismo e ao neoliberalismo. A rica experiência do POR, num país extremamente atrasado, é, sem dúvida, um aporte valioso para a reconstrução do partido mundial da revolução, hoje inexistente.

O POR teve sua origem na fusão de grupos de esquerda exilados sob o governo Toro e ainda dava seus primeiros passos quando a IV Internacional foi finalmente proclamada, em 1938. Este é também o ano de cisão do grupo de Tristán Marof com o POR para fundar o PSOB² e de definição do POR como partido leninista. José A. Gainsborg, que foi seu fundador, redigiu seus primeiros documentos no espírito da Oposição de esquerda. Gainsborg, porém, faleceu cedo, privando o partido de seu principal animador. O POR atravessou um período de letargia, de vários anos, até consolidar seus primeiros quadros forjados na dura luta do proletariado mineiro, para onde se dirigiram inúmeros jovens estudantes perseguidos nas cidades³. A penetração na zona mineira permitiu ao POR levar o trotskismo até as massas. As Teses de Pulacayo atestam o grau de imbricação do partido junto aos explorados. Somente aí, com a inserção nas minas nasce o verdadeiro partido trotskista. A penetração entre as massas mineiras, até esta altura, permitiu forjar o partido, mas não

foi suficiente, porém, para forjar seus quadros, com a têmpera necessária, para o enfrentamento das convulsões vindouras. A Revolução de abril 1952 colheu o POR numa situação em que o programa da revolução boliviana ainda não estava maduro. Não é preciso lembrar que esse programa o POR teve de desenvolver sozinho. Partindo da experiência nacional, sem o apoio da IV Internacional que, decapitada depois da II Guerra Mundial, estava em vésperas de sua crise definitiva. Ao POR, não foi possível colocar-se à cabeças das massas e marchar rumo ao poder. As massas de mineiros e camponeses pagaram o preço pelo atraso da vanguarda e pela crise de direção revolucionária.

Toda a rica experiência da revolução boliviana, do governo emenerista (MNR⁴), da fundação da COB⁵, da luta por ajudar as massas a superarem a ilusão com os governos movimentistas foram elementos fundamentais para a têmpera dos poristas do altiplano. Mas não somente isso. A luta contra o revisionismo, que fazia escola no mundo inteiro, também exigiu do POR duras provações. Tão duras que custou a cisão do partido, constituindo assim um terrível golpe⁶. Os pablistas, sob a desculpa de não se afastar das massas, repetiam e materializavam a ideia de que era preciso que o POR ingressasse no MNR; assim semearam a confusão e desmoralização nas fileiras trotskistas. O POR foi reconstruído sob o fogo cerrado dos inimigos e da repressão. Com a cisão, porém, nascia uma vanguarda forjada no mais intransigente bolchevismo.

A trajetória do POR nestes 75 anos confirma a força do Programa de Transição; os trotskistas da atrasada Bolívia se perfilaram na defesa da revolução e ditadura proletárias ao passo que os revisionistas se enveredaram pela senda do oportunismo, do revisionismo e do abandono do marxismo. A triste história do movimento trotskista, depois da década de 1950, com predomínio do pablismo-mandelismo de um lado e do lambertismo-cannonismo-morenismo de outro, é prova irrefutável disto. Em maio de 1962, o Massas, órgão central do POR, resumia de maneira simples a raiz da crise por que passava o movimento trotskista internacional e a posição do POR ante a este. *“A atitude frente ao estalinismo – que monopoliza a direção sindical de alguns países, que conta com um aparato monstruosamente grande e que se move apoiando-se no prestígio da revolução de Outubro – tem sido e continuará sendo a pedra de toque para um mo-*

1 Sinônimo de ditaduras militares de caráter fascista.

2 Partido Socialista Operário Boliviano, agrupamento eleito-reiro e sem programa, fundado por Tristán Marof em 1938, que desaparece nos anos 50.

3 Este período é conhecido na história da Bolívia como o xênio rosqueiro (1946-52). A expressão ‘rosca’ é sinônimo de domínio político dos grandes proprietários de minas de estanho. Neste período, marcado por dura repressão aos operários mineiros, o POR conseguiu inserir-se entre eles.

4 MNR. Movimento Nacionalista Revolucionário, partido nacionalista burguês, dirigido por Victor Paz Estenssoro, que subiu ao poder com a revolução boliviana de 1952.

5 Central Operária Boliviana, fundada em abril de 1952 como resultado da revolução boliviana.

6 Em 1954, na altura da 11ª conferência o POR divide-se em duas alas. A majoritária seguia as orientações de Michel Pablo, dirigente grego da IV Internacional, e levou o partido a uma cisão definitiva em 1956. A fração liderada por G. Lora reconstruiu o POR quase do zero e passou a editar o jornal Masas.

vimento revolucionário (...). A jovem e débil IV Internacional teve de enfrentar-se – com insuficientes meios materiais e quase sem quadros – com o monstro estalinista. O desespero revolucionário se manifestou em dois sentidos: o ataque indiscriminado à revolução russa [ao caráter do estado soviético, nota do autor] e o renascimento de falsas expectativas sobre o papel revolucionário do estalinismo. Sobre este problema nasceu no seio da IV Internacional uma tendência revisionista, que começou a renegar o programa de Trotsky, e acabou sustentando que os partidos comunistas poderiam, todavia, jogar um papel revolucionário (...). Este novo revisionismo tem se chamado pablismo. Um setor quartista, liderado pelo norte-americano J. P. Cannon, saiu imediatamente em defesa do programa de Trotsky. Este debate acabou cindindo a Quarta e desde então existem dois organismos que se intitulam Quarta Internacional. O POR boliviano acredita que nenhuma das organizações interpreta fielmente o programa de fundação da Quarta e que não são mais do que seitas inoperantes. Por esta razão o

trotskismo boliviano não reconhece a autoridade de nenhuma destas Internacionais.”⁷

Eis o que, na época, fora o divisor de águas no movimento quartointernacionalista, posição frente ao stalinismo, e eis como as grandes correntes do trotskismo se posicionavam frente a ele. Em 1951-53, quando do III congresso da Quarta Internacional e da aprovação do documento de Pablo-Mandel sobre a iminência da terceira guerra mundial e da necessidade de dissolver-se nos PC's liquidando a Quarta, uma fração rejeitou esta posição, mas não sendo capaz de manter-se no terreno dos princípios, capitulou. A conclusão repousa na indubitável necessidade de reconstruir a IV Internacional, partindo do Programa de Transição, tarefa a qual o POR, nos seus 75 anos, persegue intransigentemente.

7 Masas 185, La Paz, 24 de mayo de 1962.

o Lítio Boliviano

Entre um Governo de Farsantes e as Multinacionais Ladrões

Será coincidência que o presidente Morales anunciou que a Bolívia tem 100 milhões de toneladas de lítio, o que equivaleria a fornecer por 5.000 anos a demanda atual do mundo, operando sob o Estado e em parceria com as multinacionais para a fabricação de baterias de lítio? E isto somente a um par de dias depois da declaração do ministro dos Hidrocarbonetos, Carlos Villegas, que confirmou o que já se suspeitava: que dos 26 TCF (trilhões de pés cúbicos) de gás natural, que o país supunha ter, 17 TCF desapareceram, ou melhor, nunca existiram. A resposta é não.

Em janeiro deste ano a Divisão de Recursos Evaporísticos da Comibol anunciava que através de furos na Salina de Uyuni foi determinado que os 5,4 milhões de toneladas de lítio, que avaliavam existir na Bolívia, pelos dados do Serviço Geológico dos Estados Unidos, dobraram. Mais ainda, que poderia haver até 100 milhões de toneladas na salmoura da Salina. O que foi confirmado pelas declarações de Evo, e se as reservas dos outros países não “crescerem” como a boliviana até o encerramento desta edição do Masas, a Bolívia teria 95% das reservas mundiais.

Mas que tipo de matemática é essa? Quando que 26 TCF de gás natural, se transformam em 9 e quando 5 milhões de toneladas de lítio se transformam em 100? É a matemática das multinacionais, e em ambos os casos, em breve, teremos apenas um zero redondo. Quer dizer, agora o atual governo se queixa dos governos anteriores de terem mentido para “todos”, dizendo que tinham mais gás natural do que realmente existia, a fim de justificar as exportações de gás para os EUA. O estranho é que os governos anteriores, como fiéis vendidos, não mexeram diretamente com os combustíveis porque eles os entregaram ao imperialismo e às multinacionais. As mesmas multinacionais que agora estão controlando o petróleo como “sócias” do governo atual. Assim, seja por pilhagem direta do imperialismo ou por meio de mentiras, veremos em breve cerca de 100 milhões de toneladas de lítio se converterão em nenhum lítio.

Depois de mostrar seu servilismo aos ricos, o governo já não goza da confiança das massas. Há a proposta para a indus-

Mamani
trialização do lítio com 902 milhões dólares. Depois, claro, de convocar as multinacionais para industrialização, não encontrou nenhuma resposta até agora, apenas se prevê a produção de 30.000 toneladas de carbonato de lítio, até 2014. O que é apenas a primeira fase do processo de exploração do lítio, que é tecnicamente comparável, a concentrar o minério de estanho nas usinas para, em seguida, exportá-lo em sacos. É por isso que para a produção de lítio metálico, baterias, etc. o governo continua a procurar “sócios” multinacionais.

Claro que a produção de carbonato de lítio e de outros compostos como o cloreto de potássio na Bolívia seria progressiva, mas nas mãos de funcionário do governo da burguesia vendida (latifundiários e empresários) e das multinacionais (imperialismo) será uma frustração para o país, acabará como os grandes projetos de Vinto; Karachipanpa, o Mutún, etc., ou seja, estarão à disposição do imperialismo e não dos bolivianos.

Devemos acrescentar que, tanto no caso do lítio quanto de outros recursos do país, vêm à tona “profissionais” ainda mais reacionários que o governo no seu servilismo aos “sócios”. Um certo Sr. Juan Carlos Zuleta, segundo a imprensa “especialista na indústria de lítio”, que se opõe à industrialização do lítio a menos que, é claro, seja com investimento multinacional; e inclusive desenvolve uma interessante teoria de que quando o Estado conseguir desenvolver a industrialização do lítio, a humanidade terá evoluído de tal forma que não precisarão de tanto lítio. Frente a este elemento só resta nosso repúdio.

Os vastos recursos naturais do país não serviram para o desenvolvimento da Bolívia, para dar trabalho e progresso aos explorados bolivianos, a não ser que acabemos com os nossos exploradores: a burguesia vendida e o imperialismo que sempre acabam farreando com estas riquezas. Isso só será alcançado pelas massas guiadas pela política proletária através uma revolução social que exproprie suas grandes propriedades privadas e imponha o socialismo, um Governo Operário e Camponês.

(Extraído do Masas boliviano nº 2139 de 29/10/10)

Quem os traidores da COB representam?

Supõe-se que a Plenária Ampliada da COB, convocada para o dia 12 de novembro, em Cochabamba, aprovará o Projeto de Lei de Pensões apresentado pelo governo que, apesar das muitas modificações que sofreu, não mudou sua natureza pró-empresarial e anti-operária. O problema é que os dirigentes nacionais dos vários setores sindicais que vão participar da plenária não consultaram as opiniões de suas bases sobre o assunto; e além disso os dirigentes da COB participaram oficialmente, em nome dos trabalhadores do país, da chamada “consensuação” do projeto.

A manobra está no fato de que o governo vai aprovar a nova lei, alegando que conta com o apoio do movimento sindical e de todos os setores sociais do país. Alguns ministros e o vice-presidente já anteciparam que a lei será aprovada, e os poucos setores que se opõem a ela, incluindo o magistério e os operários fabris de La Paz, podem tentar qualquer coisa que não conseguirão nada. E uma vez aprovada, será aplicada fazendo-se o uso legítimo da força que tem o Estado.

Desta forma, os dirigentes traidores da COB e das confederações dos diversos setores tornaram-se ferramentas úteis a serviço do poder e inimigos declarados de suas bases. Sua traição significará sofrimento para muitas décadas, porque os trabalhadores serão forçados a viver com uma miséria, ainda mais os setores que não conseguirão cumprir os 20 anos de contribuição, porque sob os últimos 25 anos têm trabalhado sob o regime da livre contratação, imposta pelo neoliberalismo para proteger os interesses dos empregadores.

Os explorados de todos os setores precisam entender que essa lei de pensões que a Assembléia Legislativa Plurinacional irá aprovar é neoliberal, porque ainda é baseada na poupança individual dos trabalhadores, que ganham uma miséria. Melhorou ligeiramente por ter agregada uma “fração solidária”,

A iniciativa destina-se a enganar os explorados

As alterações recentes no projeto de lei de pensões não mudam sua natureza pró-patronal e anti-operária

Essencialmente, o projeto continua neoliberal descarregando todo o peso da aposentadoria nas costas dos trabalhadores e mantém rendas de fome condenando os explorados a uma velhice miserável.

Nos últimos dias, o governo e os dirigentes do COB anunciaram que o Projeto de Lei de Pensões, com uma taxa de 90% de consenso, que a qualquer momento será entregue à Assembléia Legislativa Plurinacional para sua aprovação. Quais foram os últimos ajustes ao projeto?

Primeiro, anunciou a abolição da contribuição obrigatória do empregado para o cônjuge que não trabalha.

Segundo, que o limite máximo da pensão sobe de 2.400 a 2.600 Bs para todos os trabalhadores que têm 35 anos ou mais de contribuições, estabelecendo uma escala descendente que vai até os 10 anos de trabalho com rendas obviamente miseráveis.

cuja maior aspiração é chegar a 70% do salário de referência (média dos últimos 24 salários) para todos os trabalhadores que puderem ter cotizado por 30 ou 35 anos ao atingir 58 anos de idade. Nos setores dependentes da iniciativa privada, onde eles não podem reunir nem 15 anos de contribuições, a renda não ultrapassará de 500 a 800 Bs.

O mais grave é que a lei prevê que estas estimativas das receitas serão modificadas a cada quatro ou cinco anos, segundo o rumo que tome a economia. Isso significa que o rendimento pode cair ainda mais caso as manifestações da crise capitalista se acentuem no país. Não tem sustentação o otimismo dos líderes traidores quando dizem que o sistema de previdência vai melhorar, alegando que, com o aumento da produção, cresce o volume da força de trabalho e que os salários também vão aumentar substancialmente trazendo uma melhoria real na renda. O que a realidade mostra é que as condições de vida dos trabalhadores (salários baixos e precariedade dos empregos) tendem a ficar mais difícil no futuro, e isso inevitavelmente resultará em maior desemprego que pode refletir-se em colapso do sistema de pensões.

Somente a mobilização unitária e radical de todos os setores: sindicais e sociais pode impedir que a força de trabalho, em sua idade avançada, seja condenada a morrer de fome. A atual luta dos trabalhadores é para assegurar que o Estado e os empregadores cumpram sua obrigação de garantir um envelhecimento humano para todos aqueles de quem extraíram toda a mais-valia durante toda sua vida produtiva. Nesta conjuntura, a renda deve ser pelo menos equivalentes a 100% do seu salário como trabalhador ativo, o que lhe permitirá cobrir, pelo menos, as necessidades mais básicas de sua existência.

(Extraído do Jornal “Masas” boliviano nº 2194 de 05/11/2010)

Todas essas mudanças têm o único propósito de criar a ilusão de que o regime de pensões é cada vez mais solidário e que responde melhor às necessidades vitais dos trabalhadores. No entanto, essencialmente o projeto não mudou, permanece neoliberal porque a capitalização individual permanece levemente envernizada de um fundo solidário, cujo financiamento não sai do Estado e a patronal contribui com uma mínima fração de seus lucros, produto da exploração dos trabalhadores. O criminoso é que o projeto aumenta os descontos dos trabalhadores (0,5% a mais que os 12,21% que já se paga).

Para a grande maioria dos trabalhadores do país, que durante os últimos 25 anos estiveram sob o regime de livre contrato, a elevação do limite máximo de 2.600 Bs. de renda não significa nada porque na maioria dos setores (fabris, mineração, etc.) não se podem adicionar nem mesmo 10 ou 15 anos de contribuições para cumprir os 58 anos de idade, portanto,

será condenada a morrer de fome com uma renda de 500 e 700 Bs. Dessa forma, qual o sentido que os oficialistas da COB negociem com o governo limites de 3.600, 4.000 ou 5.000 Bs, se as bases não têm capacidade de acumular contribuições por 35 anos ou mais? Assim, os agentes do governo utilizam a manobra oficial para enganar as bases e induzi-las a aceitar uma armadilha que mais tarde será a causa de sua agonia.

Provavelmente esta última alteração possa beneficiar algo no setor do magistério que é o único que está a margem da livre contratação, mas, mesmo assim, as rendas arrecadadas vão ser miseráveis, pois em muitos casos nem mesmo chegará a 60% do seu salário de referência (média dos últimos 24 salários).

Por outro lado, falam que a nova “concessão” será feita à

Equador – Golpe de estado direitista?

O que ocorreu no Equador?

Parece que a natureza dos acontecimentos que chamaram a atenção em 30 de setembro no Equador desconcertou mais de um observador.

O levante de um reduzido número de policiais na quinta-feira, 30 de setembro, que resistiram menos de um dia – foi considerado em geral pelos defensores vigorosos dos regimes populistas e semi-bonapartistas da América Latina como um golpe de estado. Vários fatos daquele dia aparentemente confirmam sua consideração. Como resposta ao projeto de lei do Serviço Público que atinge vários direitos trabalhistas, detonou-se um movimento que atingiu somente um setor da polícia equatoriana. Uma vez estourado o conflito, o presidente Correa se dirigiu aos manifestantes para que abandonassem suas medidas, os quais responderam cercado-o nas instalações do hospital policial de Quito durante todo o dia, o que agudizou, sem dúvida, o conflito, alcançando dimensões de escândalo em nível internacional. Horas depois, o movimento dos policiais foi reduzido principalmente pelas forças militares – leais ao governo – que desatou um enfrentamento, produzindo oito mortos, libertando Correa, que rapidamente se dirigiu ao palácio do governo para pronunciar um discurso no qual denunciou o movimento policial como uma intencionalidade de golpe direitista. Um pouco antes, o presidente declarou estado de sítio em todo o país por uma semana, deixando nas mãos das Forças Armadas o controle da segurança interior. Uma típica medida reacionária destinada a defender a segurança e a ordem para o estado burguês. Não esqueçamos que este tipo de governos, oscilantes por seu caráter entre a direita e os setores populares, podem utilizar, com a mesma facilidade, as forças repressivas tanto contra seus opositores políticos da burguesia como contra qualquer mobilização popular.

O que ocorreu no Equador? Simples reivindicação trabalhista dos policiais ou conspiração direitista?

Não resta dúvida que no fundo de toda mobilização social emergem razões políticas. No entanto, há conflitos sociais que têm a capacidade de mostrar com mais clareza do que outros seus objetivos políticos. O que ocorreu no Equador representa, sem dúvida, uma mobilização trabalhista, mas com objetivos de direita, posto que é evidente a influência de certos setores direitistas em parte na cúpula policial equatoriana. No entan-

custa de encurtar os prazos de sustentabilidade de 50 para 34 anos. Ou seja, após os 34 anos, eles abrem a possibilidade de que o governo da época reveja o volume de incrementos aumentando substancialmente as contribuições dos trabalhadores para continuar sobrecarregando em seus ombros o pesado fardo das pensões e aliviando cada vez mais o aporte do Estado e da patronal.

Nesta medida, o projeto de lei de pensões do governo é pró-patronal e anti-operário, pois protege os interesses das empresas privadas e das multinacionais, a fim de aliviar os seus custos operacionais para assim aumentar enormemente a possibilidade de seu lucro, tudo à custa da miséria dos trabalhadores.

(Extraído do Masas boliviano nº 2139 de 29/10/10)

Andrés

to, manifestar, como fazem os porta-vozes do “socialismo do século XXI”, que os objetivos da referida mobilização se dirigiam a um golpe de estado é uma grosseira falsificação. Assim como nem toda greve operária é capaz de fazer eclodir a insurreição, nem toda mobilização de caráter reacionário representa um golpe de estado contra um governo populista. Não esqueçamos que a direita parlamentar no Equador e, inclusive, procuradores do governo norte-americano respaldaram o governo Correa. Além disso, qualquer observador mais ou menos atento poderá notar que desde o início o movimento estava condenado ao fracasso, não só pelo reduzido número de efetivos, mas também pela estupidez que cometeram durante seu desenvolvimento, como o fato de converter em mártir Correa ao sequestrá-lo em lugar público. Não se deve esquecer tampouco o cenário político em que se desatou o conflito; nada é estranho ao descrédito acelerado que sofreu – e sofre, todavia – o governo equatoriano, produto, principalmente, do seu choque com setores populares importantes, posto que Correa decidiu assinalar abertamente os interesses das multinacionais no tema da exploração de minérios e petrolífera.

A CONAIE (Confederação Nacional de Indígenas do Equador) tem denunciado constantemente a criminosa “política extrativista” do governo, na qual se favorecem os interesses econômicos das multinacionais na exploração dos minerais, o petróleo e o favorecimento à privatização da água.

Tem-se de ter presente que, em diferentes graus, a lua de mel entre os governos populistas e semi-bonapartistas da América Latina e as massas oprimidas está terminando. Que as respostas desses governos a muitas reivindicações populares são em geral reacionárias, como acusar muitos setores sociais, independentes da direita e da reação nativa, de ser “agentes da CIA e do imperialismo”.

Os explorados da América Latina estão obrigados a independizar-se definitivamente desses regimes para exigir o imediato cumprimento de suas reivindicações, e, inclusive, se for necessário, sair para se enfrentar diante de um eventual motim reacionário protagonizado pelo imperialismo ianque. É hora de abandonar a política derrotista dos representantes do “socialismo do século XXI”, que querem ver as massas submetidas ao controle político por parte dos governos burgueses “progressistas”.